

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

UM BRASIL

EDIÇÃO ESPECIAL | ANO 59 | FEV/MAR 2022

ARTIGOS, ENSAIOS E ENTREVISTAS

AGÊNCIA BORI

ALEXANDRE QUINTANILHA

ANTONIO LANZANA

BÁRBARA DIAS

CAMILA ACHUTTI

CAMILA FARANI

CESAR ZUCCO

DANIEL BUARQUE

DANIELA CAMPELLO

DANIELLE BRANTS

FÁBIO PINA

GRAZIELLA TESTA

HELGA ALMEIDA

HIGOR CERQUEIRA

HUMBERTO DANTAS

IGOR MARINELLI

ITAMAR VIEIRA JUNIOR

JOAQUIM FALCÃO

JOSÉ MÁRIO GOMES

LILIA SCHWARCZ

MARIANE MELO

MÔNICA SODRÉ

PAULO DELGADO

PAULO PERES

RACHEL MAIA

RONALDO LEMOS

THELMA KRUG

VINICIUS DE CARVALHO

CHARGES DE

ADÃO ITURRUSGARAI

BENETT

CACO GALHARDO

JEAN GALVÃO

IMERSO EM DESIGUALDADES

Distorções econômicas, tributárias,
ambientais e culturais aprofundam
a dívida social do Estado





SOLUÇÕES QUE ATENDEM SUA EMPRESA.

Com programas liderados por especialistas, o Atendimento Corporativo Senac desenvolve as capacidades de quem faz sua empresa crescer.

DESENVOLVENDO TALENTOS,
POTENCIALIZANDO RESULTADOS.

corporativo.sp.senac.br

0800 707 1027

**Senac**

atendimento corporativo



PB | #468

*Descrença na política, corrupção, escalada do ódio e crises econômicas marcaram a última década. Neste ano, impactado pela pandemia e frente a mais uma eleição presidencial, o País clama por mudanças. Para estimular diálogos transformadores, a revista **Problemas Brasileiros**, em parceria com o Canal **UM BRASIL**, dá voz a nomes de destaque do Brasil contemporâneo. Lúcidas interpretações que apontam caminhos para responder aos nossos crônicos entraves estruturais.*



Quer ficar por dentro das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter. basta apontar o seu celular para este código QR.

 www.revistapb.com.br

 @pbrevista

 @pb_revista

 @pbrevista

 @fecomerciosp



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, NO DEEZER, NO SPOTIFY E NO SOUNDCLOUD.

UM PAÍS DE POBRES

O Brasil chega ao bicentenário de sua Independência às voltas com os mesmos problemas estruturais que marcaram a construção de nosso Estado-nação ao longo destes 200 anos: a formação opaca da cidadania, a herança brutal da escravidão, a persistente fragilidade institucional, o clientelismo e o patrimonialismo na gestão pública.

No quadro geral das civilizações contemporâneas, quem somos nós? Enquanto povo e cultura, a que viemos? Para onde vamos? Como superar o antigo impasse entre uma modernização superficial e o arcaísmo renitente? Para responder na prática a estas perguntas – e se não quiser perder mais uma vez o bonde da história –, o País precisa de especialistas que iluminem seu caminho.

Por essa razão, a revista **Problemas Brasileiros** e o canal **UM BRASIL** – realizações da FecomercioSP – unem seus esforços nesta edição especial, que traz contribuições daqueles que pensam o nosso futuro com base em estudos e pesquisas em diversas áreas do conhecimento. Os nomes aqui perfilados nos oferecem uma diversidade de interpretações fundamentais neste momento de extrema polarização e olhares enviesados pela radicalização ideológica. Os desafios ambientais, econômicos e sociais que temos pela frente são de toda a Nação, os quais devem ser enfrentados de forma pragmática, para além dos interesses de qualquer grupo.

“O Brasil foi criado sob os signos em que poucos mandam e muitos obedecem.” Quem faz essa afirmação, nas páginas que seguem, é a historiadora Lilia Schwarcz, professora de Antropologia na Universidade de São Paulo (USP). Ela adverte: “O Brasil não é um país pobre, é um país de pobres. E nós sabemos que, depois da pandemia, vamos sair ainda mais pobres e desiguais”.

Para reverter essa desigualdade, será preciso qualificar o debate eleitoral que se aproxima. Só assim poderá emergir, da disputa, um projeto nacional consolidado, que nos permita produzir e distribuir riqueza na medida de nossas necessidades e potencialidades.

ABRAM SZAJMAN, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO (FECOMERCIO-SP), ENTIDADE GESTORA DO SESC-SP E DO SENAC-SP

8	Carta ao leitor <u>GUILHERME BAROLI E LUCAS MOTA</u>	28	Identidade <u>VINICIUS DE CARVALHO</u>	43	Ciência Política <u>GRAZIELLA TESTA, HELGA ALMEIDA E HUMBERTO DANTAS</u>	56	Charge <u>O ESTADO, POR ADÃO ITURRUSGARAI</u>
10	Entrevista <u>JOAQUIM FALCÃO DEFENDE DEMOCRACIA COM TENSÃO ENTRE PODERES</u>	29	Economia <u>FÁBIO PINA</u>	44	Sustentabilidade <u>MÔNICA SODRÉ</u>	58	Entrevista <u>HERANÇAS DA ESCRAVIDÃO NA LITERATURA DE ITAMAR VIEIRA JUNIOR</u>
16	Ensaio <u>DANIELA CAMPELLO E CESAR ZUCCO ANALISAM A INFLUÊNCIA ECONÔMICA NAS ELEIÇÕES</u>	30	Entrevista <u>CONNECTIVIDADE E DESENVOLVIMENTO, NA VISÃO DE RONALDO LEMOS</u>	46	Entrevista <u>ALEXANDRE QUINTANILHA ABORDA A RELAÇÃO ENTRE CIÊNCIA E SOCIEDADE</u>	62	Empreendedorismo <u>BRASA EUROLEADS: INOVAÇÃO EM ESCALA</u>
22	Política <u>PAULO DELGADO</u>	36	Site PB <u>MODERNISMO EM PERSPECTIVA E A ARTE PROVOCADORA DE EDUARDO SRUR</u>	50	Ciência <u>AGÊNCIA BORI</u>	66	Charge <u>2022, POR CACO GALHARDO</u>
23	Economia <u>ANTONIO LANZANA</u>	38	Entrevista <u>RACHEL MAIA FALA SOBRE DIVERSIDADE NOS CARGOS DE LIDERANÇA</u>	52	Entrevista <u>LILIA SCHWARCZ REFLETE SOBRE O RACISMO E A DESIGUALDADE NO BRASIL</u>		
24	Entrevista <u>THELMA KRUG EXAMINA O AVANÇO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS</u>	42	Ciência Política <u>BÁRBARA DIAS, JOSÉ MÁRIO GOMES E PAULO PERES</u>	54	Política externa <u>DANIEL BUARQUE</u>		



RENDER-SE AOS FATOS

O ano de 2022 será de escolhas decisivas para o Brasil, servindo como ponto de revisão para o projeto de Nação que os brasileiros sonham, discutem e com o qual, na maioria das vezes, acabam se frustrando.

Fragilizado pela pandemia que varreu o planeta, o País terá de se reorganizar para crescer com sustentabilidade – em todos os sentidos que a palavra carrega.

GUILHERME BAROLI
E LUCAS MOTA,
EDITORES DO
CANAL UM BRASIL E DA
REVISTA PROBLEMAS
BRASILEIROS

Estar entre as economias mais pujantes do mundo ao longo da próxima década requer, em primeira instância, maturidade institucional para reconhecer a urgência das reformas estruturais. Afinal, temos um Estado que, há três décadas, no mínimo, vem retroalimentando estruturas cada vez mais custosas e pouco produtivas. Assunto amplamente discutido nos conteúdos de **PB** e do Canal **UM BRASIL**, as reformas são essenciais, mas, sozinhas, não resolvem todos os problemas nacionais.

Uma agenda com fortes implicações socioeconômicas aguarda encaminhamentos que vão emoldurar a recuperação do Brasil pós-covid-19. A partir da experiência e da propriedade intelectual de quem se dedica a entender as raízes dos gargalos que permeiam nossas histórias progressa e atual, é possível traçar algumas das prioridades desta retomada. São desafios que se relacionam diretamente com a qualidade e a reputação da nossa democracia: fortalecer o sistema público de saúde; garantir proteção social com mecanismos eficazes de acompanhamento; conter a evasão escolar e recuperar o déficit de aprendizagem de crianças e jovens; aceitar e promover a diversidade da nossa cultura; frear o desmatamento e valorizar um de nossos ativos mais valiosos, o ambiental (sem que isso seja encarado como impedimento para o desenvolvimento econômico); alçar a ciência e a inovação a posições estratégicas na formulação de políticas públicas; aumentar a participação do setor privado para modernizar a infraestrutura nacional; e acelerar iniciativas de transformação digital com foco em transparência, melhores práticas de governança e serviços mais eficientes. No fim das contas, trata-se de crescer, não a qualquer custo, mas com inclusão e oportunidades ampliadas. Estes universos, o econômico e o inclusivo, quando tratados à parte da ideologia, não são excludentes. O País precisa desta associação para crescer mais e melhor.

Conter a inflação e promover a recuperação do emprego merecem lugar de destaque neste cenário, que também será marcado pelo

compasso de espera nos investimentos externos – fruto da incerteza em relação às eleições presidenciais e do ambiente internacional desfavorável aos países emergentes. A economia mundial sofreu um baque com a crise sanitária, e um rearranjo das cadeias de produção e distribuição parece inevitável. Rearranjo esse que vai nos obrigar a mudar – e rapidamente. Estamos, como país, atrasados e fechados; precisamos, de forma conjunta, recuperar o tempo perdido. Com espírito crítico e de forma responsável.

Os pontos de vista expostos nas páginas a seguir tratam de questões elementares para este mencionado amadurecimento do País – a despeito de colorações partidárias ou ideológicas. São opiniões que nos ajudam a refletir e, o mais importante, nos provocam a pensar o Brasil de agora, desprendido de nostalgias irracionais e ressentimentos (marcas da sociedade dos dias atuais). Ou fazemos todos juntos ou perdemos todos juntos, como constata o cientista e deputado do Parlamento de Portugal, Alexandre Quintanilha, ao falar sobre negacionismo e polarização.

O ano do aniversário da nossa Independência parece uma ótima oportunidade para que se leve adiante este processo imprescindível de reconstrução após uma crise sem precedentes. Aliás, reconstrução com modernização – projeto embalado por outra efeméride centenária, a dos modernistas, que há cem anos se dedicaram a “reescrever” a ideia de Brasil. Independência com modernidade.

Os assuntos tratados nesta edição se conectam e trazem respostas à luz da ciência, do momento político e da compreensão histórica, a qual, a cada dia, nos proporciona interpretações sobre as mudanças globais com as quais temos que lidar. Está claro que negá-las não é o melhor caminho. Também está claro que repensar nosso lugar nessas mudanças é um início. E evidente que (re)encontrar nosso lugar neste novo mundo é imperativo.

Boa leitura.

&



O ALCANCE DA CONSTITUIÇÃO

ENTREVISTA ■■■■■
RENATO GALENO ■■■■■
FOTO ■■■■■
AMÉRICO VERMELHO ■■■■

A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS COMEÇOU A SER CONSOLIDADA EM 1988, QUANDO A CONSTITUIÇÃO GARANTIU DIREITOS COMO O VOTO UNIVERSAL. POR OUTRO LADO, O BRASIL, AO MESMO TEMPO QUE AMPLIOU A PARTICIPAÇÃO POPULAR, VEM, DESDE ENTÃO, ENFRENTANDO UMA CONCENTRAÇÃO DE RENDA CADA VEZ MAIOR. ESTE É UM DOS NOSSOS GRANDES PROBLEMAS, SEGUNDO **JOAQUIM FALCÃO**, JURISTA, PROFESSOR DE DIREITO CONSTITUCIONAL DA ESCOLA DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV) E IMORTAL DA ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS (ABL). ELE ARGUMENTA QUE A CONSTITUIÇÃO NUNCA FOI IMPLEMENTADA PLENAMENTE, DE MODO QUE OS EFEITOS DA CARTA MAGNA ACABAM NÃO CHEGANDO ÀS PERIFERIAS E FAVELAS. ALÉM DISSO, DESTACA QUE OS TRÊS PODERES DEVEM CONVIVER COM CERTO NÍVEL DE TENSÃO PARA A MANUTENÇÃO DA DEMOCRACIA.

Qual a importância do intelectual público e por que você decidiu ser um deles?

Tenho três filhos. Uma vez, minha filha perguntou: “Papai, você é professor, executivo, jornalista ou advogado?”. Eu tomei um choque com a pergunta e respondi com um critério que é o seguinte: eu preencho a ficha do hotel com a profissão de professor. A atividade jornalística começou na *Folha de S.Paulo*, onde devo ter escrito mais de 800 artigos. Eu fiz isso porque a *Folha* me chamou para participar da redemocratização. Essa função de intelectual público tem dois pontos importantes. O primeiro é a independência. E entendo o segundo como uma missão. Eu tenho uma visão de Brasil e compromisso com um determinado conceito de democracia. Esses dois fatores, a independência e o compromisso com a visão de Brasil, me conduzem até hoje como um intelectual público. É o que torna difícil aos meus interlocutores me situarem como sendo de direita, esquerda etc. Eu prezo pela independência e sou a favor de uma missão, que é a democratização brasileira.

Qual a importância da Constituição de 1988 para a democracia brasileira?

A Constituição apresentou uma novidade: o direito de voto ao analfabeto. Isto é, foi concedida voz ao analfabeto. E essa voz se desdobrou e ampliou o Brasil. O voto ao analfabeto é o responsável pela maior ampliação do Brasil, algo que começou a interferir nas políticas públicas, na jurisprudência e na distribuição de recursos públicos. E isso cresce cada vez mais. Entretanto, se na parte política há uma ampliação democrática do País, na parte econômica, há uma crescente concen-

tração de recursos. Há um choque entre uma democratização político-jurídica, mediante a alfabetização e a participação popular nas decisões da República, além da concentração cada vez maior de renda. E esse é o problema que estamos vivendo. As pessoas não estão nas ruas, ainda, por causa da pandemia e porque não se sentem representadas pelos canais institucionais. Mas as pessoas estão sofrendo. Elas estão com fome. E as pessoas querem uma democratização não somente da renda, mas de tudo.

O senhor trabalhou na Fundação Roberto Marinho e, lá, criou o canal Futura e o *Globo Ecologia*. Mas gostaria de perguntar sobre o *Telecurso 2000*, a mais ampla iniciativa de ensino a distância no Brasil. É possível minimizar outro nível de desigualdade, o educacional?

Quando fui eleito para a Academia Brasileira de Letras, um repórter me perguntou: “Quais são seus livros principais?”. Eu disse: “Não tenho livro principal, tenho o *Telecurso 2000*, o *Globo Ecologia* e outros”. A função educacional do *Telecurso* começa quando o programa vai ao ar, porque depois tem todo um processo de aprendizagem em casa. Esta é fundamental para que a educação seja captada. A pandemia nos mostrou isso. Ela nos revelou a desigualdade, inclusive das residências. O ministro Paulo Guedes falou que o Brasil tem 30 milhões de pessoas invisíveis reveladas pela pandemia. Eu os chamo de invisíveis e desconstitucionalizados.

Qual a importância do patrimônio cultural para a vida de um país?

A Constituição determina o apoio progressivo do Estado à cultura. Logo, há claramente

uma inconstitucionalidade com a própria política cultural que estamos vivendo. A Cinemateca, por exemplo. Ela ajudou a moldar a importância do cinema brasileiro. Mas a política não se interessa por cultura. A política está censurando-a. Não é apenas uma censura ética ou de preferência. É uma censura orçamentária, que é a pior de todas.

Quão difícil é o trabalho do constitucionalista e o quão difícil é escrever o espírito das leis e a compreensão delas?

Frei Caneca dizia: “A Constituição é a ata do pacto social”. E ele pagou caro pelas suas ideias, pois era um intelectual público, ao mesmo tempo que era frade. Gostaria de fazer uma analogia com os dias atuais. O imperador D. Pedro I dizia, em oposição a Frei Caneca, o seguinte: “Quero uma Constituição digna de mim mesmo”. Isto é, “Eu sou a Constituição”. É parecido com hoje em dia. A maior dificuldade é o que eu chamo de constitucionalismo de realidade, ou seja, não achar que o sonho da Constituição, de que todos são iguais, é a realidade. Nem sempre é. Ou que homens e mulheres são iguais perante a lei, os Poderes são harmônicos entre si etc. Não são e nunca foram. Isso é um ideal, e não se pode confundir o ideal com o real. A

pessoa tem direito a serviços públicos, mas quem controla o seu acesso ao serviço público na Rocinha, na Maré e nas diversas favelas não é a Constituição. Deveria ser, mas não é. A Constituição é uma probabilidade que pode se realizar ou não. Outro exemplo: quem decide os conflitos de terra, as grilagens ou a destruição da Amazônia não é o Judiciário. É um poder local de alianças e de interesses predatórios. Se olharmos o Brasil de hoje, é possível que a maior parte do território brasileiro tenha uma implementação seletiva da Constituição. Ela não regula a Amazônia e não regula a periferia. Nas comunidades, as leis são diferentes. Nesses lugares, a Constituição é apenas uma probabilidade. Uma das dificuldades, ou um dos desafios, é ver a realidade constitucional. E ela não está madura, nem velhinha, ela ainda está para ser implementada.

Em relação ao tema da corrupção, houve questionamentos em relação à condução legal da Operação Lava Jato, que é um marco histórico nas investigações sobre corrupção na gestão do Estado. Qual impacto desses questionamentos para o combate a esta prática?

O embaixador norte-americano Todd Chapman deu uma entrevista dizendo que o maior problema do Brasil é a corrupção. Ele é uma pessoa bem-informada e esteve aqui como embaixador. Às vezes, até mais bem-informado do que nós, porque ele tem acesso a um maior número de informações. Se você pega as pesquisas eleitorais, vai notar que a corrupção é um dos itens que mais preocupam o brasileiro. Os três itens principais que vão decidir as eleições em 2022 serão: pandemia, fome e corrupção. É evidente que, neste momento, a

Lava Jato e outras ações sobre corrupção estão em grandes dificuldades por uma série de equívocos. Mas isso não significa que saiu da pauta do brasileiro.

Qual a importância do trabalho do Supremo Tribunal Federal (STF) e, principalmente, de se compreender o trabalho do Supremo?

A Constituição determina que os Poderes devem ter harmonia e independência entre eles. Isso é o ideal, mas não a realidade. Os Poderes, para mim, em uma democracia, são tensos entre si. E eles são interdependentes. O que é importante para a democracia? Não é que um poder mande ou interfira no outro. O importante é que nenhum poder permanentemente tenha poder sobre os outros. É manter uma certa tensão, ou seja, eu controlo você e vice-versa. Não é quem fala por último, mas que todos possam falar por último. A democracia pressupõe conflitos. E pressupõe formas pacíficas para resolver os conflitos, e não a violência, como hoje em dia está se apregoando.

Na sua visão, quais são os principais problemas para o bom funcionamento do STF hoje? E quais seriam as soluções para eles?

Alguns anos atrás, na Fundação Getúlio Vargas, começamos os estudos estatísticos sobre o STF. Levantamos questões como prazos de pedido de vista. A lei diz que são duas sessões, de 30 a 60 dias. Mas a média é mais de 350 dias. Então, os próprios juizes ou advogados não cumprem aquilo que o regimento do



Supremo manda cumprir. O Brasil é o único país do mundo em que há cerca de 30 portas processuais para você entrar lá. Tudo acaba no Supremo. A ministra Cármen Lúcia informou que o que mais chega hoje em dia ao STF é petição inominada, algo que o advogado ou o procurador peticiona. E não precisa ser catalogada como uma ação. É uma petição. Isso é um abuso do acesso ao Supremo, que, pela ideologia e pela doutrina, acha que tem de aceitar essas petições inominadas. Qual seria a solução? Basta obedecer ao seu próprio regimento.

O senhor concorda com a ideia de judicialização da política, ou seja, excessiva intromissão do Judiciário na prática política?

Estudos mostram que aqueles que mais entram com ações contra decisões do Congresso e ações de inconstitucionalidade são os próprios políticos e os partidos. É uma politização induzida. É preciso somar a isso diversos assuntos que os políticos, ou mesmo a sociedade, não querem que sejam resolvidos. Por exemplo: a questão da maconha. No mundo inteiro, há uma tendência de que o melhor para a saúde pública é a liberalização e descriminalização da planta. Esse é o ponto. E como o Congresso Nacional não enfrenta o tema, segue para o Judiciário, e o Judiciário também não o enfrenta.

Tendo em vista os acontecimentos políticos dos últimos anos, como você vê o Brasil hoje? Qual destas duas visões tem levado vantagem: o velho patrimonialismo ou a nossa democracia?

Os dois. O patrimonialismo é cada vez mais visível. Mas quando a mãe de um senador, que é sua suplente, assume a vaga quando esse senador sai, gera-se uma certa indignação na sociedade. Os links da família Bolsonaro lembram muito os da família Getúlio Vargas, em que você tinha um nepotismo evidente. Esse patrimonialismo de tornar privado o que é público não desapareceu, mas assumiu diversas formas. Nós estamos agora em um patrimonialismo. Basta olhar a gestão dos cargos de confiança. Eu tinha uma ideia, meio romântica, de que nenhum poder poderia criar normas ou benefícios para os integrantes do seu próprio poder. Isto é, o Legislativo não pode criar um fundo para ele; um membro do Judiciário não pode dar aumento a si mesmo; o Judiciário não pode dar o mérito a si próprio. No Executivo, não seria possível criar benefícios, aumentar salários etc. para si próprio. Deveria haver um certo controle interpoderes, para que um Poder, sozinho, não possa se autobeneficiar. Deveria ser algo mais tenso, mais discutido e que não fosse somente uma decisão “fi-lo porque qui-lo”, como diria Jânio Quadros.



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

&

ECONOMIA, POPULARIDADE E VOTO

DANIELA CAMPELLO, PHD
EM CIÊNCIA POLÍTICA
PELA UNIVERSIDADE
DA CALIFÓRNIA (UCLA),
NOS ESTADOS UNIDOS,
PROFESSORA DA EBAPE/
FGV E *RESIDENT FELLOW*
NO WILSON CENTER. É
AUTORA DE *THE POLITICS*
OF MARKET DISCIPLINE IN
LATIN AMERICA

CESAR ZUCCO, PHD
EM CIÊNCIA POLÍTICA
PELA UNIVERSIDADE
DA CALIFÓRNIA (UCLA),
NOS ESTADOS UNIDOS,
PROFESSOR DA EBAPE/
FGV E *RESIDENT FELLOW*
NO WILSON CENTER. É
COAUTOR DE *PARTISANS,*
ANTIPARTISANS AND
NONPARTISANS: VOTING
BEHAVIOR IN BRAZIL

EM TODO O MUNDO, O DESEMPENHO DA ECONOMIA INFLUENCIA A DECISÃO DOS ELEITORES DE REELEGER GOVERNANTES OU DAR UMA OPORTUNIDADE A SEUS OPOSTOS. ESTE FENÔMENO, CONHECIDO COMO "VOTO ECONÔMICO", É UMA DAS REGULARIDADES MAIS DOCUMENTADAS NOS ESTUDOS SOBRE POLÍTICA ELEITORAL. SABENDO, ENTRETANTO, QUE A INFLUÊNCIA DA ECONOMIA VARIA BASTANTE ENTRE ELEIÇÕES, EM QUE MEDIDA ESTE SERÁ UM TEMA DOMINANTE NA DISPUTA PRESIDENCIAL DESTE ANO?



As razões que explicam o voto econômico são objeto de intenso debate entre especialistas. É possível que o eleitor vote com base na economia, porque, em última instância, o bem-estar material é sua prioridade. Um presidente cujo governo transcorra sob baixa inflação e desemprego e no qual o eleitorado experimente um aumento do seu poder de compra é considerado imbatível, na medida em que atende aos anseios materiais fundamentais da sociedade. Um entendimento alternativo é que a economia determina o voto porque é muito difícil, para o eleitor comum, avaliar cada uma das políticas adotadas pelo governo. O desempenho econômico, neste sentido, seria um “sinal da competência” dos governantes em outros temas menos visíveis para o cidadão comum. Por fim, é possível que a conexão entre economia e voto seja ainda mais sutil, menos “racional” ou até menos consciente: uma economia próspera aumentaria a sensação de bem-estar, produzindo otimismo e desejo de continuidade, que se traduziriam em apoio àqueles que estão no poder – sem que, necessariamente, os eleitores precisem conectar desempenho econômico e voto.

Independentemente das razões que o motivam, o voto econômico tem implicações profundas para a qualidade da representação política, principalmente em democracias menos consolidadas, como é o caso das latino-americanas e, dentre elas, a brasileira. Na ausência de partidos políticos fortemente vinculados a diferentes segmentos da sociedade e com uma agenda ideológica clara e estável, o voto fundamentado na economia torna-se um recurso importante, muitas vezes o único, para alinhar os interesses dos governantes aos do eleitorado.

A lógica é simples. Se cada eleitor apoiar ou rejeitar seus representantes com base em mudanças no bem-estar sob determinada gestão, e se os políticos perceberem este comportamento, os incentivos para que os representantes usem seus recursos – tempo, competência, dinheiro – para aumentar o bem-estar da população estarão dados. Assim, o simples ato de punir ou premiar lideranças políticas pelo desempenho da economia asseguraria a “boa representação”.

A teoria do voto econômico, ao contrário de outras perspectivas sobre a democracia, não exige que os eleitores tenham preferências políticas claras ou estáveis, nem que conheçam ou acompanhem as ações de seus governos. Para a democracia “funcionar” e prover incentivos positivos para os governos, basta que o eleitor avalie se, ao fim do mandato, sua vida melhorou ou piorou (ou se ele se sente bem ou não) e que vote de acordo.

Embora este seja um princípio poderoso, é preciso notar que nada no mundo social é assim tão simples. Os bons incentivos produzidos pelo voto econômico só se materializam caso o desempenho da economia seja, ao menos em grande parte, um resultado das escolhas do governo. Neste caso, ao premiar este desempenho com seu voto, o eleitor estará premiando o mérito dos governantes e incentivando-os a buscar a melhoria de seu bem-estar. Apesar de uma simplificação, esse pressuposto reflete razoavelmente a realidade das democracias desenvolvidas.

INFLUÊNCIAS EXTERNAS

É preciso perguntar, no entanto, o que acontece em países onde o desempenho econômico e, por consequência, o bem-estar da população estejam fortemente atrelados a fatores que os governantes não controlem. Nossa resposta é simples, mas pouco otimista: nestas circunstâncias, o voto econômico premia não o mérito, mas a “sorte” dos governantes. E chefes de Estado cujo sucesso dependa mais da sorte do que de mérito têm poucas razões para priorizar o bem-estar de seus governados. O impacto disso na qualidade da democracia é enorme e precisa ser compreendido.

Essas considerações teóricas têm fortes implicações no mundo real. As democracias sul-americanas estão inseridas na economia internacional como exportadoras de commodities e importadoras de poupança externa. Essas características fazem com que condições externas – e, portanto, fora de controle dos governos – determinem em grande parte o desempenho econômico.

Flutuações nos preços de commodities e nas taxas de juros internacionais, das quais dependem os fluxos de capital transnacional, afetam crescimento, inflação e desemprego na América do Sul. Por isso, essas flutuações afetam também o apoio popular a presidentes, suas perspectivas de reeleição (ou de eleição de sucessor) e até mesmo as chances de uma transição regular de governo. Em última instância, a volatilidade econômica que caracteriza a região limita a ca-

pacidade do eleitorado de avaliar a qualidade dos presidentes por meio da comparação do desempenho econômico dos governos, terminando por apoiar os “sortudos” (que governaram sob um ciclo favorável), muitas vezes em detrimento dos mais competentes. Além disso, a volatilidade econômica acaba produzindo volatilidade política, refletida nos ciclos de euforia e depressão que fragilizam a democracia.

Essas relações estão fartamente documentadas na obra *The Volatility Curse*, e a discussão subjacente informa o que se pode esperar da eleição presidencial de 2022.

RADIOGRAFIA ELEITORAL

Preliminarmente, cabe registrar que a eleição de 2018 foi anômala por inúmeras razões. Além de haver transcorrido em meio a uma crise econômica profunda, que já se estendia, no mínimo, desde 2012, e uma crise de credibilidade política alimentada pela Lava Jato, não havia um candidato claro da situação; e o que estava à frente das pesquisas foi preso e impedido de se candidatar.

O VOTO ECONÔMICO TEM IMPLICAÇÕES PROFUNDAS NA QUALIDADE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA EM DEMOCRACIAS MENOS CONSOLIDADAS, COMO AS LATINO-AMERICANAS

A eleição de 2022, por sua vez, tem tudo para ser “normal”. Por normal entenda-se, acima de tudo, um referendo sobre o desempenho econômico do governo. Neste sentido, embora seja tentador analisarmos cada movimento dos potenciais presidentes, a perspectiva de reeleição (ou não) do presidente, em grande medida, independe desses fatores.

A situação econômica atual é particularmente ruim e, conseqüentemente, a popularidade de Jair Bolsonaro está no patamar mais baixo desde o início de seu mandato. Hoje, menos de um quarto dos brasileiros considera o seu desempenho como bom ou ótimo. O histórico de medições realizadas no passado sugere que, com essa popularidade, a dez meses do pleito, o presidente terá grandes dificuldades para se reeleger.

Consideremos 62 eleições presidenciais realizadas em nove países da América do Sul, entre 1985 e 2021, sobre as quais temos os dados de popularidade. A popularidade média de presidentes a dez meses da eleição, neste universo, é de 40,7%. Considerando os que não conseguiram se reeleger ou eleger seu sucessor, essa média cai para 33,2%; e entre os bem-sucedidos, ela sobe para 56,1%. Dentre os presidentes que detinham mais de 40% de popularidade nesse ponto do calendário eleitoral, 72% tiveram êxito. Acima de 30%, a taxa de sucesso é 62%. Abaixo de 30%, é de apenas 20%.

O cenário eleitoral é, neste sentido, francamente desfavorável a Bolsonaro. Neste contexto, é interessante olhar para os quatro casos em que presidentes em situações semelhantes a Bolsonaro hoje alcançaram êxito eleitoral (e que correspondem aos 20% do parágrafo anterior).

BAIXA POPULARIDADE x VOTO

Nas eleições argentinas de 2003, Nestor Kirchner se elegeu presidente com o apoio muito discreto de Eduardo Duhalde. Numa disputa acirrada, Kirchner acabou o primeiro turno em segundo lugar, atrás do também peronista ex-presidente Carlos Menem, mas com apenas 22%

dos votos. Menem eventualmente retirou a sua candidatura, e Kirchner venceu por W.O. Por seu caráter extremamente específico, tanto em termos de conjuntura econômica quanto política, esse caso não gera lições claras para as eleições brasileiras de 2022.

Outro dos quatro casos de sucesso de presidentes pouco populares ocorreu no Brasil de 1993, quando o Plano Real, iniciado alguns meses antes, começava a render frutos. O então presidente Itamar Franco, que assumira após o impeachment de Collor, ainda não gozava de grande popularidade, mas o seu ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, navegou o eventual sucesso econômico do Plano Real e se elegeu presidente ainda no primeiro turno. Assim como no caso anterior, o presidente não havia sido eleito e fazia um “governo tampão”, o que explica, em parte, sua baixa popularidade. A lição desse episódio, no entanto, é que uma drástica mudança econômica, como foi o Plano Real, tem efeitos eleitorais fortíssimos. Mudanças desta monta, no entanto, são eventos raríssimos.

O caso do Equador, em 2017, mostra o efeito eleitoral negativo de uma economia em retração. O presidente Rafael Correa, que havia governado por quase dez anos durante o superciclo de commodities, viu a sua popularidade cair substancialmente no fim do mandato. As memórias positivas do período de bonança não garantiram uma eleição tranquila. Pelo contrário, o pleito foi extremamente disputado, e o resultado, questionado, levando a uma recontagem parcial dos votos. Após dias de impasse, o candidato da situação, Lenín Moreno, venceu o agora presidente Guillermo Lasso por pouquíssimos votos. Se a eleição houvesse ocorrido algumas semanas depois, é provável que tivesse terminado em derrota da situação.

O último caso é a reeleição de Lula, em 2006. Das quatro exceções, esta é certamente a mais auspiciosa para Bolsonaro. A evolução da popularidade de ambos os presidentes ao longo de seus primeiros mandatos é bastante semelhante, como mostra o gráfico ao lado.

Em dezembro de 2005, Lula ainda se recuperava do escândalo do mensalão, e o País começava a experimentar os efeitos do boom de commodities que se iniciara alguns meses antes. A popularidade de Lula disparou nos meses que antecederam a eleição, com o Brasil experimen-

tando forte crescimento econômico. Apesar do impulso dado pelo boom sem precedentes em tempos recentes, uma série de políticas que já estavam em curso contribuíram para que o vento favorável não fosse desperdiçado.

Bolsonaro pode até enxergar o proverbial “copo meio cheio” ao se comparar com Lula de 2006, mas nem as perspectivas externas nem a situação doméstica são comparáveis. Enquanto o FMI prevê uma leve queda nos preços de commodities em 2022, a política fiscal dos Estados Unidos deverá se tornar menos expansionista, o que pode reduzir o fluxo de capitais para economias emergentes, como a nossa. O rescaldo da pandemia está sendo desafiador para todos os presidentes da região, como indicam todas as eleições (presidenciais e legislativas) livres realizadas na América Latina em 2021, e os eleitores não demonstram qualquer propensão a descontar a “má sorte” de seus líde-

res. Além disso, o cenário macroeconômico é muito mais incerto hoje do que em 2005: o mercado de trabalho está em forte contração, e as políticas sociais estão sendo montadas às pressas, o que certamente comprometerá o retorno eleitoral delas.

POSSIBILIDADE DE REELEIÇÃO

Deixando a América do Sul de lado e examinando as eleições brasileiras no atual período democrático, nota-se uma forte relação entre a avaliação de desempenho dos presidentes e o voto (e/ou a intenção de voto) para o candidato da situação, como mostra o gráfico da página 21. Nele são considerados Ulysses Guimarães e Henrique Meirelles, os candidatos de José Sarney e Michel Temer, respectivamente, embora o apoio daqueles a estes não ter sido enfático.

Ainda que haja reconhecimento das limitações inerentes ao exercício de estimar a relação

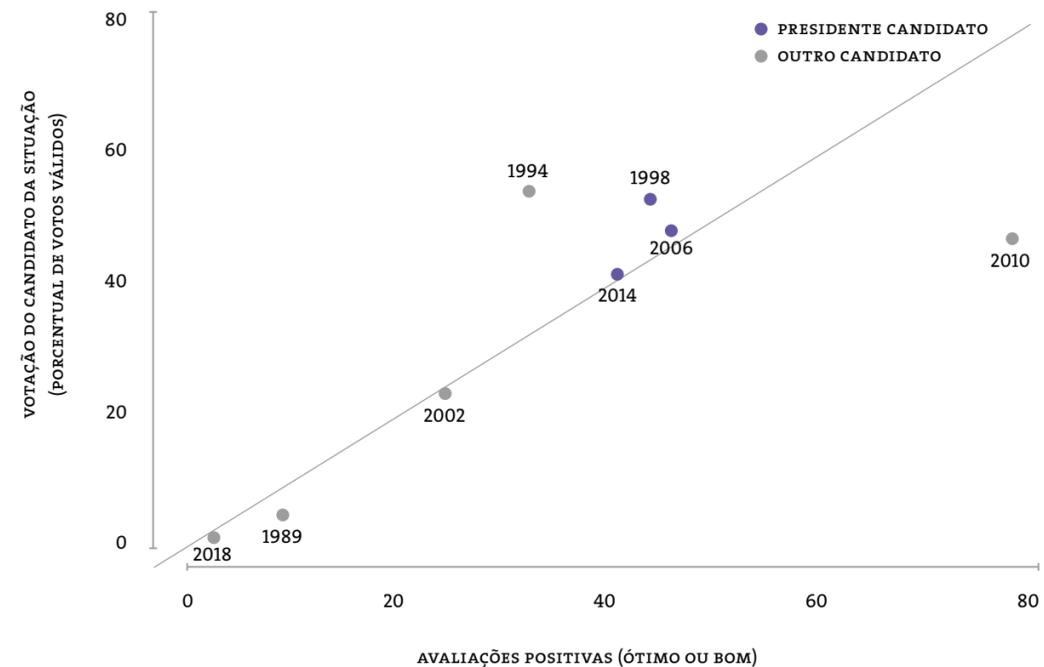
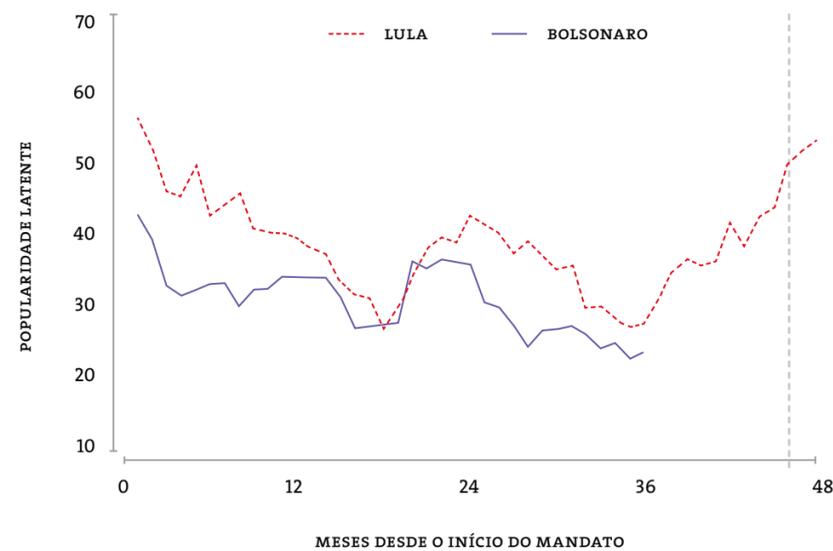
entre popularidade e voto com base em apenas oito eleições, a figura abaixo evidencia uma relação bastante clara entre ambos. Com a exceção de 2010, observa-se que a proporção de votos dos candidatos no primeiro turno é um pouco superior à sua popularidade – ou à popularidade dos presidentes que os apoiam – às vésperas da eleição. Essa relação não significa, necessariamente, que quem avalie bem o/a presidente é quem vote nele/a no primeiro turno, mas nos dá algum parâmetro para pensar em 2022. Com a popularidade de hoje, Bolsonaro faria pouco mais de 25% dos votos, valor que pode ou não colocá-lo num ainda incerto segundo turno, mas que é insuficiente para uma vitória eleitoral.

Sem uma melhora significativa da economia, não haverá melhora da popularidade. Por outro lado, embora seus assessores mais próximos pareçam não compreender, a irresponsabilidade fiscal e os estratagemas de que o governo vem se valendo para maquiá-la têm um custo de credibilidade, que, entre outros fatores, vêm mantendo o real desvalorizado, em que pese a melhora no cenário externo ocorrida em 2021. As-

sim, o que o presidente dá com uma mão, a economia tira com a outra, por meio de inflação e desemprego.

TENDÊNCIA

Não havendo uma reversão substancial da popularidade, são poucas as chances de Bolsonaro vencer as eleições, independentemente do número, da identidade ou da estratégia dos demais candidatos. Contudo, mesmo um Bolsonaro com chances reduzidas de sucesso poderá causar estrago considerável. Uma das implicações mais interessantes observadas em nossa pesquisa é que presidentes quase certos de sua vitória ou derrota nas eleições têm menos incentivos para atender às necessidades dos eleitores, em comparação a aqueles cujo desfecho seja incerto. A tendência, sob a ótica menos negativa, é que presidentes nessa situação se voltem para suas audiências cativas, em um esforço de fortalecer seu apoio futuro. No pior cenário, os presidentes que se veem sem chances de reeleição podem buscar permanecer no poder por vias não eleitorais. Toda atenção será pouca para evitar que isso ocorra em outubro deste ano.





A campanha eleitoral começa com muitos acontecimentos, mas nenhuma ideia. A anomalia eleitoral é clara: não há programa de governo em discussão. Melhor acompanhar a eleição sem se precipitar para querer saber o resultado. Campanha é como abotoar uma camisa corretamente: quem errar a primeira casa do botão chega no fim desajeitado. E não adianta largar na frente se você está na estrada errada. Equivoca-se quem imagina que o mundo está muito preocupado com os nossos problemas. Todos são nossos concorrentes. A prioridade do estrangeiro com o Brasil pode até ser politicamente alta, mas é economicamente baixa. Os principais problemas da nossa agenda são o próprio Brasil.

Não há país mais fácil de entrar do que o nosso. No entanto, não há país que menos se esforce para ser atrativo, nem sequer para os brasileiros que querem vencer pelo próprio esforço. Nossos modelos político e judicial não servem para os sucessos social e econômico do País e precisam mudar no próximo governo. Multipartidarismo e Justiça são caros e ruins.

Desde a década de 2000, a política iniciou sua migração para o sistema público de financiamento, a fim de fugir da interação social de ter que prestar contas à sociedade. O partidarismo pago ocupou o lugar do sindicalismo sustentado por imposto. O Congresso aumentou a força econômica do parlamentar do orçamento e, unindo esquerda e direita, fundou uma espécie de CPMF partidária e eleitoral. Perdendo a credibilidade e a representatividade, pretende sobreviver com dinheiro público. Pior: contando com a associa-

ANOMALIA ELEITORAL

PAULO DELGADO, SOCIÓLOGO E COPRESIDENTE DO CONSELHO DE ECONOMIA EMPRESARIAL E POLÍTICA (CEEP) DA FECOMERCIO-SP

ção entre voto compulsório e contribuição partidária obrigatória, espera se perpetuar no poder.

Outro grande problema nacional é o Estado ficar contra a sociedade quando se sente estabilizado com o desregramento do poder e a falta de restrição financeira para si mesmo, indiferente à saúde da moeda e às necessidades sociais. Não é a primeira vez que governo, sócio da crise, não gosta de arcar com as consequências do que faz. Dedica-se a ser popular. Todos terão de falar sobre programas sociais, mas que não usem a pobreza como forma de fazer o pobre subjugado – e nunca livre para poder se dedicar ao que pode ser.

Empresários, trabalhadores e cidadãos, em geral, aguardam as propostas para fazer a melhor escolha. Alguém que enfrente os problemas difíceis e retire o País desta “sauna a vapor” descontrolada pela volta da inflação, pelo desemprego, pela carestia e pelo nível de atividade econômica baixo. Espera-se uma pessoa de comportamento normal que, ao tomar empréstimo, se sinta endividada e disposta a honrar o pagamento.

É inevitável o debate sobre a força dos costumes que fazem os interesses da corrupção predominarem sobre a responsabilidade da Justiça. É urgente que o Judiciário caia em si e reveja a prática de fazer interpretação própria da lei, ampliando a democracia torta que praticamos. Enquanto membros do governo tiverem o hábito de querer ser sócios de fornecedores, haverá crime de colarinho branco. A lei é frágil como barbante para o poderoso.

Ninguém vence eleição com o voto somente de eleitor igual a ele. Em tempos difíceis, na urna de um vitorioso tem de tudo: raiva, interesse, simpatia, indiferença e niilismo. Uma nação sem um centro democrático forte e convicto imagina que tudo se converte em radicalismo. Precisamos da estruturação de uma governabilidade prévia na campanha para construção de uma estabilidade futura.

O bom candidato – Lula, Bolsonaro, Moro, Ciro, Doria ou Pacheco – tem de estar preparado para governar antes de vencer. É a melhor forma de merecer ganhar.

&

CRESCER COM INCLUSÃO SOCIAL

As eleições certamente vão dominar as discussões no Brasil ao longo de 2022. Pesquisas de intenção de voto, programas de governo, debates, pronunciamentos e posicionamentos dos candidatos sobre os mais variados temas serão acompanhados pela sociedade brasileira. Considerando que haja uma relação de interdependência entre a economia e a política, verifica-se que, na área econômica, os debates frequentemente se concentram em questões de curto prazo, como preço de alguns bens e serviços, aspectos conjunturais do emprego e do nível de atividade econômica e assim por diante.

Busca-se, em geral, propor medidas para aliviar os problemas, e não atacá-los de maneira estrutural, como se fazia, por exemplo, com o combate à inflação por meio de congelamentos. Além disso, promessas irrealistas e simplistas são muito frequentes e, por consequência, acabam não sendo cumpridas.

A inflação elevada certamente será um dos temas centrais neste ano. Não se pode negar sua importância, até porque não há progresso com inflação elevada. Contudo, necessita-se ir além: é momento de esperar um debate econômico mais realista, com propostas que enfrentem os problemas estruturais do País, senão ficaremos girando em torno da “mesmice” que nos tem levado a um empobrecimento relativo ao longo dos últimos anos. O debate precisa envolver a conciliação entre a retomada autossustentada do crescimento e o necessário enfrentamento da dívida social. Ao contrário do que muitos afirmam, não são buscas incompatíveis, mas complementares, e não exigem elevação dos gastos públicos.

Nos últimos 40 anos, o Brasil apresentou expansão do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,1% ao ano (a.a.), enquanto o mundo cresceu 3,5% a.a., e os emer-

gentes, 4,6%. Em outras palavras, estamos ficando relativamente mais pobres. Mais recentemente, no período 2011/2021, nosso crescimento foi de 0,7% a.a., contra 2,7% da economia mundial. Basta observar que, se tivéssemos acompanhado o mundo neste período mais recente, teríamos, hoje, um PIB 24% maior, o que nos traria muito mais empregos, consumo, moradias e recursos para enfrentar a necessária redução da pobreza no País.

A aceleração do crescimento com inclusão social passa, necessariamente, por medidas que promovam a reforma do Estado, sendo este mais eficiente, com prevalência da meritocracia e que efetivamente enfrente a questão da dívida social, o que não tem ocorrido. Ao contrário, sob muitos aspectos, temos um Estado concentrador de renda, na medida em que os maiores beneficiários do gasto público não são os mais pobres. A verdade é que o principal dispendio do Estado tem sido com o custeio da própria máquina burocrática, e não com atividades-fim. Há uma “disputa” pelos recursos estatais por meio de grupos corporativistas e organizados que atuam primordialmente para convencer seus representantes políticos a aumentar direitos e privilégios.

A análise dos gastos públicos por áreas não somente comprova sua ineficiência, mas também permite identificar que o problema não está associado à falta de recursos. Afinal, ter recursos não significa dizer que estão sendo bem geridos. É certo que a reforma estatal no Brasil é uma solução de médio e longo prazos, mas sua definição teria impactos imediatos no sentido de reforçar e ancorar expectativas.

Será necessário enfrentar a elevada dívida social, qualificar os mais pobres e distribuir oportunidades. Sem crescimento e reforma do Estado, isto é impossível.

&

O FUTURO DO PLANETA DEPENDE DE NÓS

ENTREVISTA 
RENATO GALENO 

A AÇÃO HUMANA É RESPONSÁVEL PELO DESEQUILÍBRIO AMBIENTAL VERIFICADO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS. CONTUDO, AINDA É POSSÍVEL REVERTER OS EFEITOS NEGATIVOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS, E O BRASIL PODE EXERCER UM PAPEL DE LIDERANÇA EM PROL DO PLANETA. A AFIRMAÇÃO É DA PESQUISADORA BRASILEIRA **THELMA KRUG**, VICE-PRESIDENTE DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS DO CLIMA (IPCC), CUJOS RELATÓRIOS ALERTAM PARA OS TRÁGICOS EFEITOS PARA A HUMANIDADE, CASO NADA SEJA FEITO PARA REVERTER O AQUECIMENTO GLOBAL. “É NECESSÁRIA E URGENTE UMA RÁPIDA DESCARBONIZAÇÃO, O QUE NÃO É SIMPLES.”



Crédito: Divulgação

O que é o IPCC e quem faz parte dele?

O IPCC é um painel intergovernamental sobre mudança do clima composto por 195 governos-membros, dentre eles, o Brasil. Foi criado em 1988, por órgãos das Nações Unidas, não com o objetivo de fazer pesquisa, mas de avaliar toda pesquisa relevante na área de mudança do clima global. Detalhamos profundamente as evidências demonstradas nestas publicações. São elaborados relatórios densos sob o ponto de vista científico. Os nossos maiores usuários são os governos, que desejam obter conhecimento científico a fim de ajudar nas negociações políticas e na formulação das suas políticas. É interessante esta relação entre a ciência e os políticos. Os governantes querem respostas. E quando eles têm essas respostas, os autores [dos estudos] gostariam de ver uma ação correspondente, o que nem sempre acontece.

Em relação às mudanças do clima que já nos afetam, há bases física e científica para concluir que o ser humano é responsável pelo aquecimento?

Dizer que a mudança do clima conta com a contribuição humana é algo bastante claro. Há variações naturais conhecidas, como as erupções vulcânicas e a alteração da radiação solar, que acontece a cada 11 anos. Há também alguns fenômenos geofísicos muito conhecidos, como El Niño e La Niña. São eventos naturais. No entanto, se pegarmos as observações de mudanças em vários elementos do sistema climático e da atmosfera e tentar fazer um ajuste baseado somente na variação destes elementos naturais, isso não é possível. A evidência da contribuição humana foi se consolidando até conseguirmos demonstrar que não há como não considerar esta interferência. É extremamente improvável que alguns destes eventos extremos de calor observados nas últimas décadas tenham ocorrido sem a interferência humana.

Mesmo no melhor dos cenários, se conseguirmos restringir de maneira intensa as emissões de gases que provocam as alterações do clima, outros eventos climáticos continuariam a piorar. Como seria isso?

Vamos usar como exemplo elementos como o aumento do nível do mar. Esse aumento vai continuar por séculos, pois o oceano está aquecendo muito lentamente. Isto é, muitas vezes pensamos: “Será que a gente conseguiria, por exemplo, parar o degelo no Ártico?”. Não dá para fazer algo e, opa, zerou o derretimento da massa de gelo. Não é assim que o nosso planeta funciona. Nós conseguiremos reduzir esse derretimento limitando, por exemplo, o aumento da temperatura média global. Assim, seria possível conseguir retardar muitos desses efeitos que, ainda assim, poderiam levar algum tempo para se estabilizarem.

Há o perigo de chegarmos em um ponto sem retorno em relação aos problemas climáticos?

Nossa esperança é não chegar a esse ponto. Todos perguntam se já atingimos este estágio irreversível. Isso ainda é uma grande dúvida científica. Se não fosse mais possível reverter os danos, as consequências poderiam ser bastante dramáticas. Sempre menciono a região do Ártico, porque estamos vendo isso no dia a dia, esta perda de massa de gelo, até porque nós já atribuímos, em relatório do IPCC, o impacto do aquecimento e o aumento da temperatura média global de cerca de 1,5 grau Celsius, em relação aos tempos pré-industriais. Isso é provocado pelo homem. Isto é, esse aumento na temperatura é por causa das atividades humanas. Aí o pessoal diz que “um grau é apenas um grau”, mas este um grau não se distribui uniformemente no planeta. Então, em algumas épocas do ano, no Ártico, são registradas temperaturas duas ou três vezes superiores à média global. É por isso que estamos sentindo todos estes impactos, com o degelo contribuindo para aumento do nível do mar.

Todas estas informações em relação ao clima não são preocupantes para o presente e o futuro do planeta?

Estamos olhando tudo isso com bastante preocupação. É por isso que os governos se apoiam nos resultados científicos, porque existe não apenas a observação dos impactos atuais, ou seja, aqueles observados de maneira concreta. Contudo, também é possível



É EXTREMAMENTE IMPROVÁVEL QUE ALGUNS DESTES EVENTOS EXTREMOS DE CALOR OCORRIDOS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS TENHAM OCORRIDO SEM A INTERFERÊNCIA HUMANA.

fazer uma projeção dos impactos futuros, sob diferentes níveis de aquecimento. Seria o que eu chamo de “futuros possíveis para o nosso planeta”: quero entender os impactos de um aquecimento global de 1,5 grau Celsius. Consultamos mais de 25 mil artigos, e o que ficou muito bem caracterizado era que entre 1,5 e 2 graus [a *mais*] provocariam uma diferença significativa em alguns impactos nos sistemas humanos e no natural.

Quais seriam as ações emergenciais, ou pelo menos ações de alto impacto, que poderiam ou deveriam ser tomadas para reduzir, em nível global e o mais rapidamente possível, estas emissões de gases de efeito estufa?

Os potenciais de mitigação são diferentes nos trópicos e nos climas temperados, por exemplo. A contribuição da queima de combustíveis fósseis para as emissões – seja no transporte, seja na produção de produtos que dependam de combustíveis, como o plástico – é muito grande. Isto é, há uma contribuição enorme de emissões de gases de efeito estufa pela queima de combustíveis fósseis. Essa contribuição está acima de 80%. Nós temos de atacar o problema na raiz. Isso significa que é necessária e urgente uma rápida descarbonização, o que não é simples. Nós teríamos de ter um zero líquido. O que eu quero dizer com isso? O líquido é contabilizar as emissões e descontar as remoções. As florestas agem de maneira benéfica para isso, retirando carbono da atmosfera. É necessário zerar as emissões de carbono até por volta de 2050. O dióxido de carbono é a base do combustível fóssil, no transporte, nas edificações e nos processos industriais. Quando lançamos o relatório do IPCC em 2018, falávamos de uma transformação, sem precedentes, de tudo: energia, processos industriais, resíduos, agricultura e uso da terra.

E a questão do desmatamento?

É muito preocupante. O problema do desmatamento é um pouco mais complicado, porque a gente nem imagina os seus efeitos sob o ponto de vista global. Nós temos impactos re-

gionais e locais muito importantes. Eu singularizo estas discussões sobre descarbonização e desmatamento como os grandes pilares. Agora, estamos vendo as indústrias muito preocupadas. Não apenas as indústrias, como também o *business* de uma maneira geral. Eles estão querendo contribuir para que possamos ter mais ambição na redução de emissões de gases de efeito estufa. É disso que precisamos. É um debate sobre o planeta, não só sobre financiamento. Há também a discussão sobre capacitação e transferência de tecnologia. Essa transformação é necessária para realmente mudarmos a trajetória de aquecimento que está nos levando a patamares muito complicados.

Se nós realmente não assumirmos o controle disso, quais serão os possíveis efeitos imediatos, de médio e longo prazos, para o Brasil?

Nós já temos projeções feitas principalmente para a Amazônia. Os estudos nos indicam para uma região mais seca, principalmente em algumas partes amazônicas, muito ampla. Algumas áreas serão mais impactadas do que outras. É claro que o desmatamento não é só no Brasil. Estamos falando dos países em desenvolvimento de uma maneira geral, cujas maiores emissões estão relacionadas à mudança do uso da terra, a agricultura inclusa nisso. Este é o perfil das emissões dos países em desenvolvimento. É preciso levar em consideração que o certame do desmatamento está numa situação melhor do que já esteve no passado, mas, de qualquer forma, o cenário ainda é chocante. As imagens de satélite mostram que, no caso do Brasil, 25% das áreas desmatadas são posteriormente abandonadas. Isto é, o País tem uma grande quantidade de áreas degradadas que poderiam ser utilizadas.

A agricultura vai ter de se adaptar às possíveis mudanças climáticas?

Sim. Agora, acho que o ponto mais importante é que não existe um futuro só, há uma diversidade de possíveis futuros, e nós podemos escolhê-los. E essas escolhas provocam grandes impactos nos setores da economia.



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

&



BRASIL: DE VOLTA PARA O FUTURO

1 A edição que tenho em português é de 1942 mesmo, tradução de Odilon Gallotti, com o título: O mundo que eu vi. Sei de traduções mais recentes que fazem mais justiça ao título original: O mundo de ontem.

2 Aqui, jogo com o título de uma outra novela de Stefan Zweig, Rausch der Verwundlung, publicada postumamente, em 1982.

“O Brasil é o país do futuro”, profetizava o grande escritor austríaco Stefan Zweig, em 1941, com a publicação de sua declaração de amor ao País, *Brasilien ein Land der Zukunft*. Ele mesmo não teve a chance de ver sua profecia testada, pois, em fevereiro de 1942, cometeu suicídio em Petrópolis. Não foi o Brasil que levou Zweig a tirar a própria vida, há que se dizer, mas o desespero em relação ao que chamou em sua autobiografia, *Die Welt von Gestern*¹, de “a agonia da paz”.

A relação entre estes dois livros de Zweig é muito intensa. Ambos concluídos no mesmo ano, redigidos durante o curto período em que o escritor viveu no exílio, no Brasil. E entre eles há uma relação estreita de continuação. Em *O mundo de ontem* (uma tradução mais precisa do título), Zweig lamenta com nostalgia como a vida de Viena no fim do século 19, que ele chamou de “o mundo da segurança”, havia se perdido. Para o autor, a monarquia austríaca era o epitome da estabilidade, civilidade e segurança. Quase um paraíso. Paraíso esse perdido com a ascensão do nazismo.

DR. VINICIUS MARIANO DE CARVALHO,
VICE-DECANO INTERNACIONAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS, READER EM ESTUDOS BRASILEIROS E LATINO-AMERICANOS E DIRETOR DO KING’S BRAZIL INSTITUTE NO KING’S COLLEGE LONDON

&

O Brasil, ao contrário, é apresentado como a possibilidade de reconstrução desse paraíso. Ele diz literalmente na sua autobiografia: “O que a Europa fez de civilização podia, nesse país, continuar e desenvolver grandiosamente sob formas novas e outras. Com os olhos deleitados pela beleza multifária dessa natureza nova, lancei um olhar para o futuro” (pág. 432). E é isso que ele expressa com desenvoltura no *Brasil, país do futuro*. O futuro que Zweig vê no País é, na verdade, o passado da Europa que ele havia perdido. O país do futuro é o mundo de ontem.

Isso é curioso, porque acaba por criar um paradoxo aprisionador. Um tempo cíclico, mas nunca realizável. Um tempo não narrativo, mas profético.

Ao inserirmos o Brasil nesta profecia de futuro – e o País aceitando-a cultura e simbolicamente –, o que se produz é, na verdade, uma impossibilidade de se viver no presente.

A relação com o espectro profético da história torna-se mais complicada, na medida em que a única maneira de se escapar deste ciclo futuro do passado/passado do futuro é com o “fim dos tempos”, um apocalipse – literalmente, com o fim da história. Isso se dará, na tradição judaico-cristã, com a chegada/volta do Messias.

Não faz muito tempo que o Brasil estava se acostumando a acreditar que o futuro havia chegado, que o País tinha realizado a profecia e se tornado a nação do futuro. O entusiasmo e a empolgação nutriram um orgulho reprimido, quase apoteótico. Como se uma nova civilização estivesse finalmente emergindo e os tempos, se cumprindo!

Contudo, o País não viu o presente. Inebriu-se com a transformação² e não quis ver a ressaça se aproximar.

E eis que os tempos não se cumpriram e estamos de volta para o futuro, que é o mesmo mundo de ontem. Presos nesta eterna incapacidade de estar no presente. E pior: sempre na espera de um Messias que nos vá guiar e redimir.

Escrevo isso na aurora de 2022: ano do bicentenário da Independência nacional, quando “raiou a liberdade no horizonte do Brasil”, quando o País ganhou o futuro; ano do centenário da Semana de Arte Moderna, outra marca do futuro advindo; ano do octogésimo aniversário da publicação de *Brasil: país do futuro*, de Zweig.

Talvez seja a hora de abandonarmos a ilusão do futuro e construirmos o presente.

INCERTEZAS ANUNCIAM UM 2022 DRAMÁTICO

O ano de 2022 será emocionante, com duas disputas importantes: as eleições e a Copa do Mundo. A disputa eleitoral será quase que um *recall* das eleições de 2018, porém, sob ambientes econômico e social bastante conturbados. A polarização – que já era grande – se exacerbou e o Brasil enfrentou uma pandemia global, tudo isso em meio a um cenário de reformas. Basicamente, o País está tentando “cobrir o telhado debaixo de chuva”. Tudo isso torna o cenário intrigante e dramático.

FÁBIO PINA,
ASSESSOR ECONÔMICO DA FECOMERCIO-SP

Internacionalmente, o Brasil, durante a crise sanitária, comportou-se de forma parecida com a do resto do mundo. Adotou algumas medidas que protegeram os cidadãos mais vulneráveis (o auxílio emergencial) e deu suporte às empresas durante os momentos mais críticos (Pronampe, para dar crédito e suspensão de contratos de trabalho e eventuais postergações de impostos). Assim, a economia recuperou em formato de “V”. No entanto, infelizmente, com uma enorme diferença nas condições de saída da crise. Embora as previsões para o crescimento mundial estejam se arrefecendo para este ano, a situação ainda é muito positiva, enquanto por aqui, a conjuntura é bem mais pessimista, diante de uma conjuntura política que tem dificultado muito o equilíbrio fiscal e a contenção da inflação. O cenário internacional não é o problema para 2022.

Os problemas surgem, a começar, na Indústria, área em que o Brasil não consegue manter um ritmo de crescimento de longo prazo. O histórico mostra que são poucos períodos de desenvolvimento e, normalmente, apenas posteriores

a momentos de crise aguda. Em outras palavras, o crescimento da indústria é absolutamente circunstancial há questão de décadas. A entrada de países do Sudeste Asiático, em especial da China, no circuito global produtivo foi um evento que não consegue ser superado – e não parece que isso se resolverá nos próximos meses, o que aponta para mais um ano de retração produtiva.

Já o setor de Serviços, o primeiro a ser atingido pelos efeitos da pandemia, será o último a se recuperar. O ritmo continua desacelerado, e há um caminho longo para recuperar as perdas, apesar do patamar atual do volume de serviços estar próximo ao que se via em 2019. Enquanto isso, as perspectivas de crescimento do Varejo em 2021 marcaram algo entre 4% e 6%, patamar que, conforme previsto, foi revisto para baixo ao longo dos últimos meses do ano. O Comércio, por sua vez, não caiu tanto entre 2020 e 2021, porém, agora, o setor, que recebeu muitos estímulos, dá sinais claros de esgotamento.

Ainda é nebuloso o que pesará mais na decisão dos consumidores. O ano passado terminou com um resultado relativamente positivo na empregabilidade, mas salários médios mais baixos. Além disso, o consumidor está bastante endividado, ao passo que as famílias mais ricas ainda mantêm bom grau de poupança (e demanda reprimida), por causa da não retomada plena dos serviços – ainda não se vê o patamar de viagens, lazer e entretenimento de volta àquele visto antes da crise.

Como o ambiente é incerto em 2022, não se pode garantir que um eventual excedente de poupança das famílias mais ricas e a retomada do emprego entre os mais pobres resultarão em mais consumo interno, pagamento de dívidas ou cautela na forma de poupança. Esta definição depende da confiança do consumidor, a qual está justamente atrelada a coisas simples, como emprego, renda e inflação. Nada disso está claro, e o consumidor tende a ser mais conservador.

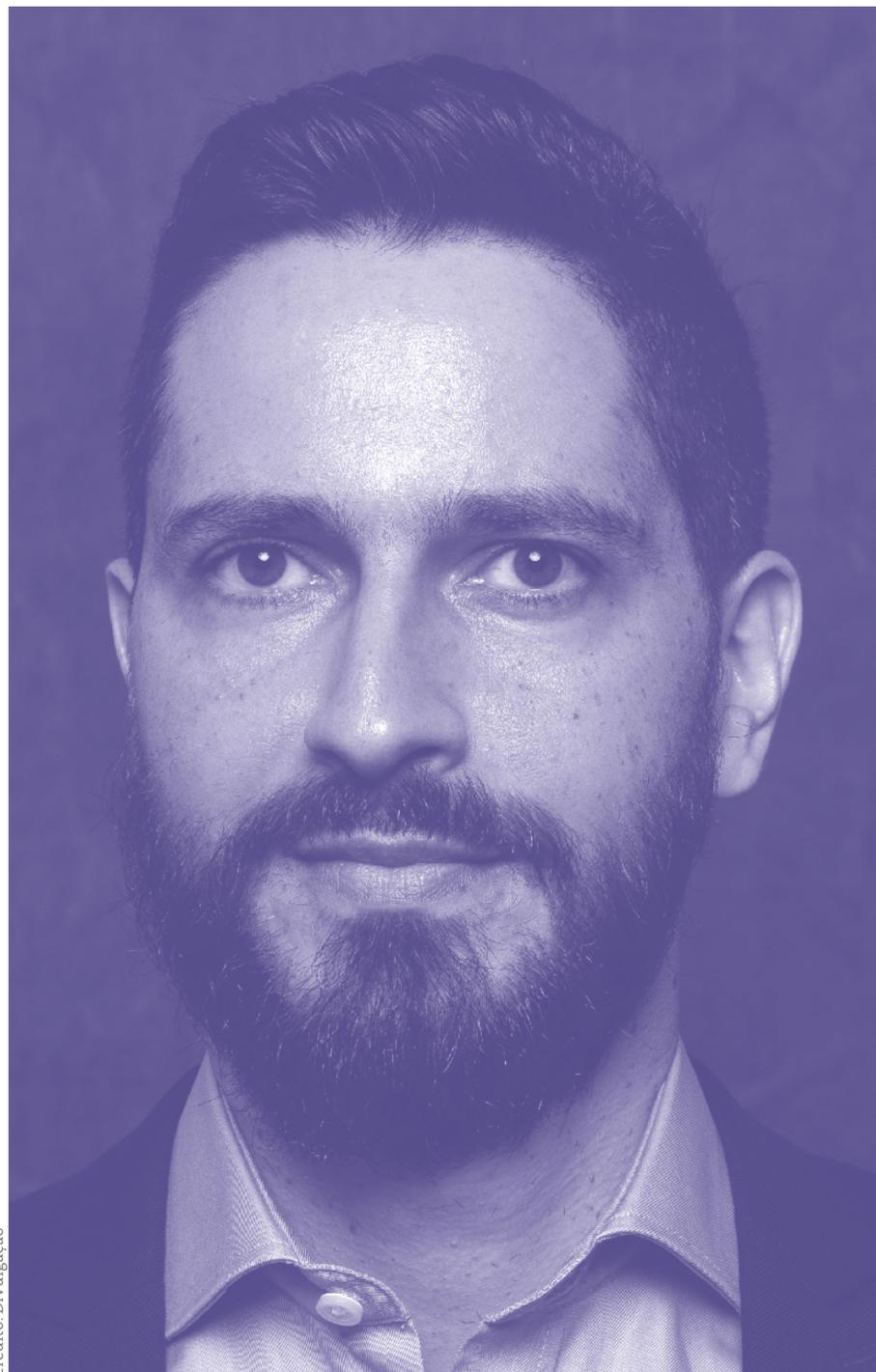
&

PERIGOSO MUNDO NOVO

ENTREVISTA 
RENATO GALENO 

CARROS SEM MOTORISTAS, COMPUTADORES QUE APRENDEM SOZINHOS, OBJETOS COTIDIANOS INTERCONECTADOS, PRIVACIDADE EM EXTINÇÃO, DADOS VAZADOS, ATAQUES À DEMOCRACIA. SEGUNDO O ESPECIALISTA EM TECNOLOGIA **RONALDO LEMOS**, NESTE CONTEXTO, TÃO ADMIRÁVEL QUANTO ASSUSTADOR, PODEMOS ESPERAR GRANDES TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E ECONÔMICAS PELA FRENTE. O JOGO DEPENDE DO USO ESTRATÉGICO DAS POSSIBILIDADES DIGITAIS; E PAÍSES COM RASO INVESTIMENTO EM CONECTIVIDADE, POR EXEMPLO, DEVERÃO SER OS PRIMEIROS A SOFRER BAIXAS DIANTE DO AVANÇO DAS APLICAÇÕES EM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA), HOJE CONCENTRADAS ENTRE ESTADOS UNIDOS E CHINA.

Crédito: Divulgação



Podemos afirmar que mundo das relações interpessoais será ainda mais remoto, mais distante, mais tecnologicamente mediado? Veio para ficar, mas depende para quem. À parcela da população que está conectada, que tem internet em casa, uma conexão boa, ou um celular – talvez até de última geração –, este processo não tem mais volta, vai ser cada vez mais aprofundado. Para o outro segmento da população, o majoritário, que não tem conectividade nem faz parte do grupo de trabalhadores cognitivos – ou seja, trabalham com o próprio corpo ou precisam fazer deslocamentos pela cidade –, não vai acontecer isso.

A desigualdade digital vem se somar a uma desigualdade histórica brasileira?

Sem dúvida. E um país desigual tem muito mais dificuldade para se desenvolver. Este problema tem um componente global. Por exemplo, uma tecnologia como Inteligência Artificial (IA). Muita gente tem medo de que esta acabe com os empregos. E o ponto é que é verdade, mas onde os empregos vão acabar, primeiro, serão nos países em desenvolvimento, como o Brasil. O processo de desindustrialização pelo qual o País está passando tem a ver com um rearranjo global provocado pela tecnologia. O Brasil está abrindo mão não só da infraestrutura produtiva, mas também da infraestrutura informacional. Mandamos para fora dados que são a matéria-prima do mundo em que vivemos. Esses dados são processados e geram valor, serviços e produtos, e os compramos, processados com



NA INTERNET, HÁ TESES E ANTÍTESES, MAS NÃO SÍNTESES. INCONSCIENTEMENTE, VOCÊ É MANIPULADO. MEU DESEJO É QUE VOLTÁSSEMOS AO DEBATE RACIONAL, NÃO A ESTAS TÉCNICAS SUBCONSCIENTES DE MANIPULAÇÃO.

algoritmos por IA, que, por sua vez, facilita a nossa vida – e assim por diante. Considerando que o jogo da IA provavelmente vai ficar entre dois países, China e Estados Unidos, a pergunta que temos de fazer é: quais papéis os países em desenvolvimento desempenharão neste cenário?

O que estamos falando quando abordamos a substituição de humanos por artefatos tecnológicos no campo do trabalho?

Um estudo da Universidade Oxford previu que 47% dos empregos nos Estados Unidos seriam automatizados nos próximos anos. Em trabalhos como o de call center, o grau de probabilidade de automação – ou seja, de a máquina fazer isso – é de mais de 90%. Com a tecnologia de processamento de voz natural (e isso sendo automatizado), teremos uma redução de um contingente grande de pessoas empregadas. No Brasil, inclusive, este é um setor que emprega muita gente, e a automação põe em risco estas posições. Não se trata apenas de uma atividade física, como robôs das indústrias na linha de produção, mas o trabalho cognitivo também está sendo substituído por máquinas. Agora, como disse, os empregos acabarão antes aqui, nos países pobres. Nos ricos, grande parte deles já tem planos nacionais de respostas à IA, que incluem reformas educacionais e ensino de novas habilidades, para que as pessoas deixem de fazer uma determinada coisa, que não será mais necessária, e passe a fazer outra. Há incentivos econômicos, uma rede de bem-estar social para assegurar essa população no período de transição, enquanto ainda não aprende habilidades novas. No Brasil, onde há um déficit educacional gigantesco e não existe um plano nacional de IA, o impacto será muito mais profundo.

Os aplicativos de prestação de serviço trouxeram a ideia de uma precarização do emprego. É como se as pessoas não estivessem trabalhando para alguém, mas para um algoritmo; assim, deixam de ser trabalhadoras para virar empreendedoras. Este fenômeno veio para ficar?

É isso mesmo. Sempre acreditamos que o robô trabalharia para nós. Até a origem da palavra

“robô” é isto: um objeto técnico que trabalha para nós, seres humanos. E o que está acontecendo é ao contrário. Somos nós que estamos trabalhando para os robôs: os algoritmos. Muitas das atividades humanas são mediadas por eles. Se você é um entregador de serviços de delivery, um motorista de serviços de transporte, no seu trabalho não há um patrão que diz: “Vá ali, pegue uma pessoa que está lá...” ou “Pegue isto aqui e entregue ali...”. São os algoritmos que dão oportunidades, adicionando aqueles *jobs* – e, obviamente, dependendo do lugar onde estiver, a sua avaliação, quantas estrelas tem no aplicativo etc. –, que são distribuídos de forma automática. De fato, a figura do patrão sai de cena e você passa a trabalhar para uma entidade despersonalizada. Se não gostar do serviço oferecido, não há como negociar. Este problema do robô, quem trabalha para quem, acho que é o grande desafio, porque estas máquinas obviamente geram muita riqueza. Se todo mundo pudesse ter uma, ótimo. Se a propriedade dos robôs fosse disseminada para todos nós, todo mundo fosse sócio do robô, do valor que ele gera, ótimo, pois esse valor será distribuído de forma mais capilar na sociedade. Contudo, não é isso que acontece. A propriedade dos robôs passa a ser cada vez mais concentrada.

Quais são as suas impressões quanto ao 5G no Brasil?

Conectividade é fundamental. Se pudermos resumir o desafio do Brasil em uma única frase, seria a seguinte: “Precisamos aprender a transformar conhecimento em valores econômicos e sociais”. O País já é relativamente bom em transformar recursos da natureza

em valor econômico. Fazemos isso no agronegócio e na mineração, mas, no mundo onde vivemos, isso não é suficiente. O desafio é conseguir transformar o conhecimento em produto, serviço e desenvolvimento. Se investirmos em conectividade, a probabilidade de darmos um salto será maior. E no certame do 5G já estamos atrasados. Se não trouxermos logo o 5G, o que acontecerá: as aplicações desta tecnologia serão desenvolvidas por alguém que já as tenha. Se demorar demais, nos restará o papel de consumidores.

Privacidade é um dos temas que mais preocupam a população em termos gerais. O que pode acontecer com cada um de nós a partir do pressuposto de que os meus dados são meus, mas já estão, possivelmente, nas mãos de alguém?

O vazamento de dados é uma vergonha que denota que o Brasil não está com estrutura adequada de segurança. Isso gera vulnerabilidades para todos nós. Precisamos levar a sério a cibersegurança e construir uma infraestrutura tecnológica que seja capaz de armazenar os dados sem pôr as informações em risco. Mais do que isso, reformar o sistema de identidade no Brasil, criar um modelo mais simples, mais seguro e digital para gerir as informações. Nos últimos anos, houve uma série de “assaltos” aos sistemas democráticos por meio de mecanismos tecnológicos. A questão é que, atualmente, é possível montar estratégias e planos para manipular as pessoas, porque sabemos as preferências delas, as vulnerabilidades, os hábitos, os valores políticos e até coisas íntimas. Isso tudo se tornou moeda comum e abre caminho

para táticas de manipulação. Acho que precisamos reconstruir o espaço para o debate. Na internet, por um lado, há teses; por outro, antíteses, mas não se tem síntese nenhuma, ninguém chega à conclusão. Ninguém se convence de nada, pelo menos conscientemente. De forma inconsciente, somos muito manipulados – podemos achar que não, mas somos levados para um lado e para o outro. Meu desejo é que voltássemos ao debate racional, consciente, não a estas técnicas de manipulação subconscientes que temos visto.

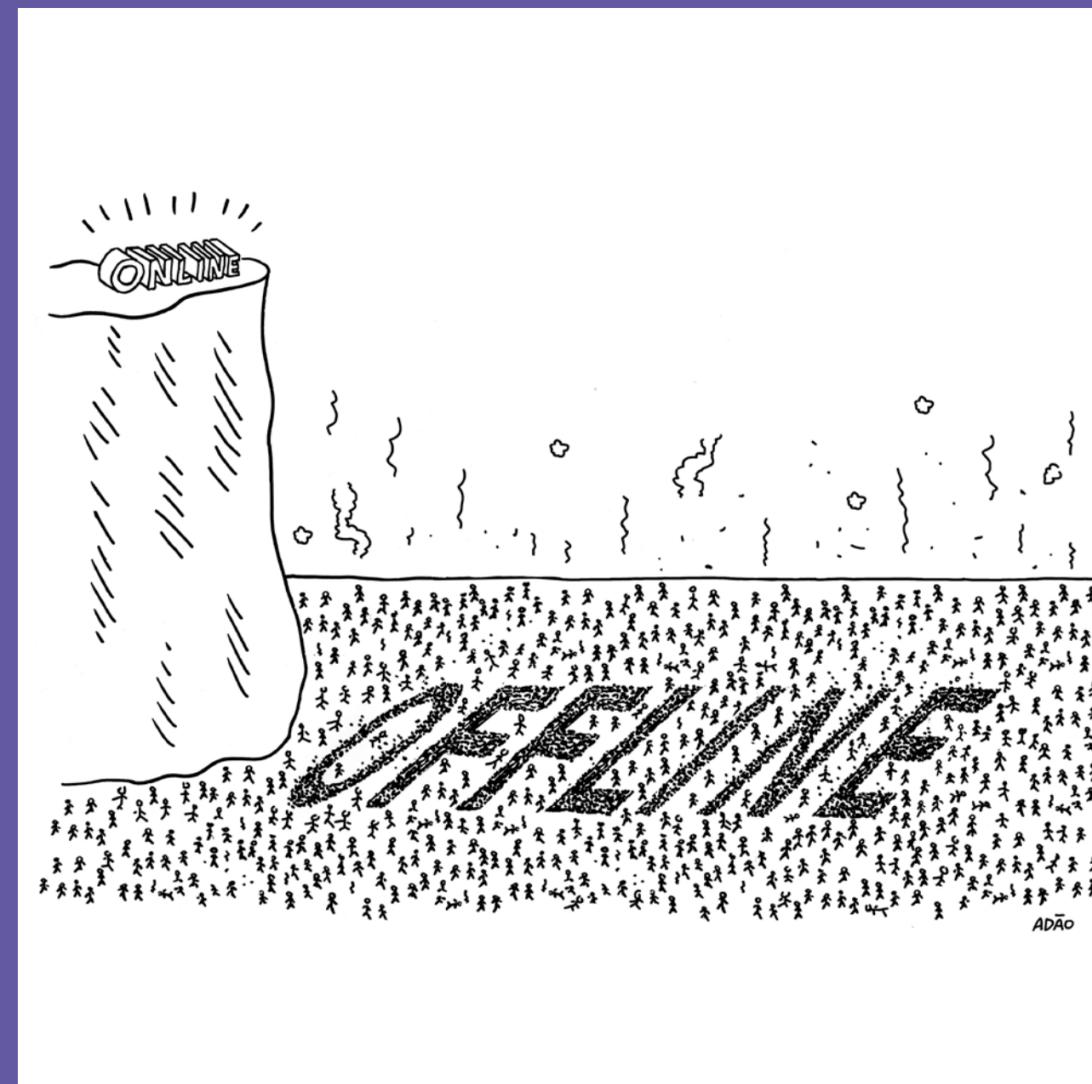
Você tem medo deste novo mundo?

Óbvio que sim. Quando vemos o caso das criptomoedas, por exemplo, não apenas se recria a escassez do mundo real no virtual; mas, também, cria-se uma coisa totalmente nova, que pode, inclusive, ter o papel de sugar ou desvalorizar o plano do real. A interação entre estes dois planos pode ter efeitos dramáticos, como mudar a dinâmica de democracias, de economias inteiras. Acho que é isso que devemos pensar. Tomamos cada vez mais decisões e agimos (inclusive trabalhamos) por orientação de algoritmos ou de questões virtuais, e isso vai valer para tudo. O meu medo é que as necessidades do real sejam umas, e as do virtual, outras, completamente distintas. E por causa desta “sereia digital”, acabemos por ir para um lado inverso ao da sobrevivência da espécie.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



ADÃO

POR VIA DAS DÚVIDAS...

Para quem já tem opinião formada sobre os caminhos que o Brasil deve seguir.

Para quem está avaliando as alternativas já disponíveis.

Para quem ainda espera o surgimento de novas opções.

E até mesmo para quem não acredita em possibilidades melhores.

Em um cenário polarizado, conturbado e indefinido, é essencial refletir, buscar informações, trocar ideias e descobrir novos pontos de vista.

CONHEÇA AS DIFERENTES VIAS QUE PODEMOS SEGUIR!

Acesse o UM BRASIL – canal de entrevistas plural, inclusivo e democrático – para entender o País.

UM BRASIL

WWW.UMBRASIL.COM

    @canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO



Cem anos, dois brasis

A edição 467 da **PB** dedica-se a analisar a dimensão histórica da Semana de Arte Moderna de 1922 e sua influência no conceito de brasilidade. O movimento modernista substituiu a transposição mecânica de ideias europeias, inspirando novas expressões ao longo das décadas seguintes. Em reportagem publicada no site da revista, o jornalista Edison Veiga traça um resgate de como era o Brasil daquele tempo, com 30 milhões de habitantes e uma São Paulo ainda provinciana, onde imigrantes pobres inventavam sotaques do português.

Bolsonarismo e antipetismo

Embora reprovado por metade do País (53%), segundo o Datafolha, e correndo o risco de não ser reeleito, o estilo de fazer política de Jair Bolsonaro não sairá tão cedo da vida pública. O bolsonarismo permanecerá relevante no Congresso, nas Assembleias e Câmaras estaduais e municipais. É o que aponta o economista Maurício Moura, presidente do instituto IDEIA, em entrevista ao site da **PB**. Moura também faz uma análise sobre como a economia e o nível de rejeição ao PT vão ditar o ritmo das eleições em 2022.

Educação para a retomada

Mesmo assombrado pelo desemprego, o Brasil convive com um déficit de 1,8 milhão de pessoas para vagas especializadas no setor produtivo. Isso indica que, na retomada da economia, investir em educação profissional será item básico para a competitividade. Atualmente, os países que contam com os melhores sistemas educacionais têm em comum a valorização do profissional técnico, sobretudo em pleno curso da Indústria 4.0. O site da **PB** elenca fatos que mostram a importância do ensino técnico para o desenvolvimento do País.

Crise hídrica

No Brasil, a falta de políticas públicas não estimula o reúso da água. Apuração disponível no site mostra que, apesar dos contínuos alertas e das ameaças de racionamento ao longo das últimas décadas, a opção pelo reaproveitamento atinge apenas 1% da oferta no País. Além disso, aproximadamente 76,7% da água potável são destinados à agricultura e à indústria. Em contrapartida ao baixo consumo de água de reúso, existem projetos que ilustram ser possível viabilizar estruturas sustentáveis e rentáveis.



Natureza plástica

O artista visual Eduardo Srur é conhecido por seu talento para manusear materiais nada convencionais e extrair resultados impactantes, como fez na série *Natureza plástica*, composta por reproduções de quadros de Tarsila do Amaral, Picasso, Leonardo Da Vinci, Van Gogh, Monet, entre outros, somente com sacolas plásticas compactadas em caixas sobrepostas por vidro. À busca da matéria-prima, percorreu calçadas e rios, além de cooperativas de reciclagem, supermercados e lojas para os plásticos mais raros. Acesse o ensaio fotográfico com as obras no site da **PB**.

FALTA DIVERSIDADE NAS LIDERANÇAS

ENTREVISTA 
MÔNICA SODRÉ 
FOTO 
CAUE MORENO/GLOBO LIVROS 

NA VISÃO DE **RACHEL MAIA**, CEO DA RM CONSULTING, CONSULTORIA DE INCLUSÃO E LIDERANÇA, AS EMPRESAS QUE NÃO APOSTAM EM DIVERSIDADE DE RAÇA E GÊNERO PÕEM O PRÓPRIO FUTURO EM RISCO. “NÃO DÁ MAIS PARA SE TER UMA MESA DE NEGOCIAÇÃO ESTRATÉGICA SEM UMA MULHER. É NECESSÁRIO CRIAR METAS DE PLURALIZAÇÃO”, AFIRMA A EXECUTIVA, QUE TAMBÉM É CONSULTORA ADMINISTRATIVA DE EMPRESAS COMO VALE, BANCO DO BRASIL E CVC, ALÉM DE SER PRESIDENTE DO CONSELHO CONSULTIVO DA UNICEF. PAULISTANA, CRIADA NA PERIFERIA DA ZONA SUL DA CAPITAL PAULISTA E FORMADA EM CONTABILIDADE, COM ESPECIALIZAÇÕES NA UNIVERSIDADE HARVARD, NOS ESTADOS UNIDOS, E NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), RACHEL JÁ FOI CEO DA LACOSTE BRASIL E DA TIFFANY. É VENCEDORA DO PRÊMIO LÍDER DO ANO, DA REVISTA *EXAME*, DE 2020. PARA ELA, LUTAR PELA DIVERSIDADE NÃO É PAPEL APENAS DAS EMPRESAS, MAS TAMBÉM DO MERCADO CONSUMIDOR. “NÓS TEMOS QUE FAZER ESCOLHAS. E A ESCOLHA TEM QUE SER DAQUELAS MARCAS QUE JÁ ESTÃO SE POSICIONANDO EM FAVOR DA EQUIDADE E DA INCLUSÃO.”



Você tem uma frase que diz: “Meu sonho é viver em um mundo onde eu seja apenas a CEO Rachel e ponto-final. Não a CEO mulher, a CEO negra e da periferia, mas apenas a Rachel”. Após 30 anos e tendo passado pelos mercados de luxo e pela alta gestão, acredita que o mundo está mais próximo desse seu pensamento?

A pergunta é desafiadora em um mercado que ainda se encontra em transformação. As empresas ainda estão se abrindo para o novo, para o diverso, para o equitativo, que geram pertencimento e inclusão. Então, diferentemente do meu início, em que não existiam essas ações afirmativas, não existiam cotas, sim, há muitas empresas que querem aprender o que é diversidade, equidade e inclusão. Mas nós não podemos deixar de conferir os índices. E eles falam por si. Hoje em dia, ainda temos pouca diversidade nas lideranças. Então, nós ainda temos muito a construir. A jornada é longa nesse sentido.

As mulheres CEOs de grandes empresas no Brasil representam apenas 3% do total de lideranças. O dado é de 2021, mas esta discussão sobre representatividade já tem alguns anos. Quais dificuldades as empresas encontram para, de fato, incorporar a agenda da diversidade?

Sustentabilidade é algo que vai além da questão ambiental. Há tempos, houve uma demanda de se falar também do social e da governança. Como se gera impacto, como se cria valor? Isso é muito importante. Criar valor hoje é criar proposta de trabalho. Tudo isso envolve pessoas. Então, se as pessoas não estão atentas, se elas não entendem todo o ecossistema, isso depõe contra a marca, porque um CNPJ é constituído, antes de mais nada, de CPFs. Este engajamento deve ser da primeira pessoa do singular: o eu. Por isso, o ESG tem que ser introduzido nas empresas mediante o letramento, que é diferente de treinamento. O treinar é você se aprimorar em algo novo que a empresa está fazendo, com o uso de tecnologia e inovação. O letramento é você pegar parte da sua experiência e reconstruir dentro deste processo inovador que estamos vivendo, engloba mais do que o *business in the time*. É *business, time e people*. Caso as empresas não entendam essa men-

sagem, não dá nem para andar lateralmente, pois ela sai do jogo. Existe uma estimativa para chegar a dois dígitos. Somos 3% de CEO mulheres, em um mercado que nós, demograficamente, representamos 51% das pessoas. Temos de nos posicionar. Não precisamos tomar o lugar de ninguém, nós viemos para mostrar que somos capazes também. Nós precisamos de aliados para este processo, mas as protagonistas da conquista deste lugar somos nós, as próprias mulheres.

Como você olha a vida pós-pandemia de covid-19, sobretudo em relação à consciência das empresas?

Nós ainda estamos no mundo pandêmico. O ano de 2018 foi um momento desafiador para todos nós, porque estávamos desesperançosos. Aí veio a pandemia, o comércio fechou, e havia a expectativa de queda brutal das receitas. Começou uma “corrida maluca” e um desespero no varejo, mas tudo se equalizou, na medida do possível. Contudo, houve um ponto que não podemos ignorar: o brasileiro é um povo muito carismático e humano. Nós tivemos milhões de pessoas famintas. Sabe o que aconteceu? Começamos a movimentar ações humanitárias para reduzir, pelo menos, a fome imediata. Isso nós verificamos no dia seguinte da pandemia. Foi dentro de casa que começamos também a resistir ao processo. A variante “S” [*Social*], do ESG, ficou mais enaltecida neste processo pandêmico, e as pessoas começaram a questionar muito mais sobre diversidade, equidade e inclusão. Logo, eu acredito que, nestes dois últimos anos, enalteceu-se o “S”, em especial com foco nas questões que eu citei: diversidade, equidade e inclusão.

O que as empresas podem fazer, de maneira concreta, para auxiliar mulheres a se inserirem de maneira adequada e segura no mercado de trabalho?

Resposta clara, direta e objetiva: criar cotas. Se, hoje, eu não tenho mulheres líderes nas empresas, estas devem criar cotas de liderança. É fantástica a oportunidade para as mulheres, mas nós temos que criar oportunidades nas lideranças para elas. Não dá mais para se ter uma mesa de negociação, uma mesa estratégica, sem uma mulher. É

SOMOS 3% DE CEO MULHERES, EM UM MERCADO QUE NÓS, DEMOGRAFICAMENTE, REPRESENTAMOS 51% DAS PESSOAS.

necessário criar metas de pluralização. Eu vejo as empresas criando metas, provocando os seus líderes, instigando e letrando os seus líderes, mostrando que a pluralização só traz crescimento financeiro e equaliza o processo social. As metas ajudam a mudar o cenário, entretanto, precisam ser um pouco mais agressivas. O mundo do trabalho feminino sofreu um impacto considerável. As mulheres ficaram desempregadas primeiro neste momento de crise. E as mulheres negras, proporcionalmente falando, sofreram muito mais neste processo, em que todos sofreram. A mulher negra continua sendo a mais afetada.

Não é incomum a presença de empresas no Brasil e no mundo associadas a práticas condenáveis de direitos humanos. Assim como não é raro sermos informados sobre a contratação de mão de obra sem respeito à legislação trabalhista e em situação análoga à escravidão. Como consumidores, como podemos induzir as empresas a se comportarem de uma maneira diferente?

Eu gosto muito quando as pessoas se posicionam quanto às situações de trabalho análogas à escravidão. Nós temos responsabilidades como consumidores, como pessoas e como investidores. Temos a responsabilidade de cobrar a marca. De forma bem simples: se você vai a uma loja, se consome uma marca e, em uma primeira percepção, não vê nenhuma diversidade naquela loja, como consumidor, tem que cobrar isso. Nós precisamos

entender que essa responsabilidade não é só do empregador, é nossa também. Então, sim, cobrar e se posicionar. Se você sabe que uma marca, consumida em casa, traz uma ação de marketing que depõe contra o diverso, o equitativo e o inclusivo, não deve mais consumi-la. É uma posição dura, mas se nós não nos posicionarmos de uma maneira firme neste processo de transformação, será difícil que a transformação seja efetiva. A cobrança e o posicionamento têm de vir de todos os lados. Não vale apenas colocar a diversidade na foto ou na campanha publicitária. É necessário entender que transformar dá trabalho, é necessário pesquisar e fazer a lição de casa. Entender como está a liderança daquela empresa. Se aquela liderança só está bem na foto, e o conteúdo é completamente diferente do diverso, se não pratica a equidade, não pratica a inclusão, se for um local em que não se vê a representatividade e a diversidade, nós, como consumidores, precisamos fazer escolhas – às vezes, algumas em detrimento de outras. As nossas escolhas devem ser para aquelas marcas que já estão se posicionando em favor da diversidade, da equidade e da inclusão.

Qual seu recado para todas as mulheres?

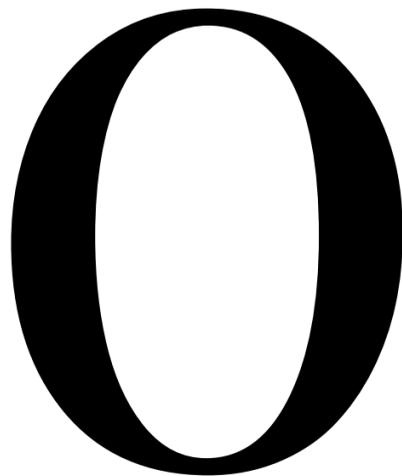
Eu tive muitas dores, recebi muitos olhares preferindo que não tivesse me sentado na cadeira do meu sonho. E eu continuei insistindo, nunca desisti. A cadeira número um deve ser definida por nós, não por terceiros. Uma mensagem para todo o Brasil seria esta: o sonho é seu, e é você que o define.



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

&





BÁRBARA DIAS, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)

JOSÉ MÁRIO WANDERLEY GOMES, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO (UNICAP)

PAULO PERES, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)



O TEMPO DA POLÍTICA E A POLÍTICA DO TEMPO

O tempo é uma coisa curiosa. Físicos e filósofos ainda não chegaram a um consenso sobre o que ele é: uma sucessão de eventos? Uma sucessão de momentos? Uma relação que envolve espaço e velocidade? Uma invenção humana? Absoluto? Relativo? Linear? Circular? Um eterno presente que sempre nos escapa? A possibilidade de presente de um futuro? Enfim, apesar da sua ubiquidade, a questão persiste: o que é o tempo?

Quanta complexidade em algo que faz parte do nosso cotidiano mais trivial! Realmente, nada acontece nas nossas vidas que não seja no tempo, pois tudo o que percebemos do mundo que nos circunda sempre é enquadrado por ele. Que dia é hoje? A que hora é o encontro? Em 2022, haverá eleições presidenciais no Brasil, e o seu resultado determinará o futuro do País nos próximos anos.

Sabemos, contudo, que cada esfera da vida tem o seu próprio tempo; mais apropriadamente, a sua temporalidade: na perspectiva sociológica, corresponde à percepção humana e à organização social da passagem de momentos, eventos e processos. A interrupção deste ciclo temporal degenerativo se tornou um dos grandes problemas da teoria política: afinal, é possível evitar que regimes virtuosos, como a democracia, degenerem?

O problema da estabilidade dos regimes, portanto, não se resume à engenharia institucional, mas também ao manejo temporal. Isso porque, em última instância, a organização da vida coletiva é a construção institucional do tempo político. Embora seja realizada no presente, a política se sustenta em dois pilares: a invenção de um passado e a promessa de um futuro comuns. Conservadores desconfiam da política do tempo presente que promete um futuro de drásticas transformações; reacionários detestam o presente e contemplam um futuro catastrófico caso a política não promova o regresso ao paraíso perdido de um passado mais ou menos distante; e progressistas querem políticas que avancem para o futuro, quando então haverá um paraíso redentor das agruras passadas e presentes. Em suma, a política lida com o tempo (passado, presente e futuro) e tem o seu tempo (duração, velocidade, prioridades etc.). A narrativa política se apodera disso: ora busca resgatar as glórias passadas de supostos períodos grandiosos, ora busca evitar os fantasmas de futuros indesejados por alguns. Há saudade de períodos não vividos e a eterna espera por salvadores que virão, seja Dom Sebastião, seja um messias, seja Godot.

A crise das democracias liberais é, sobretudo, uma crise temporal. Isto é, diante de um futuro que nunca se realiza, os cidadãos se veem aprisionados no presente. Sem referência de futuro, a vida coletiva perde sentido, e o espaço da política democrática, um horizonte de expectativas, fica confinado no “presenteísmo” – *there is no alternative*. Assim, não deveria nos surpreender que as instituições da democracia liberal estejam sob o signo da desconfiança social, que, por sua vez, encontra alguma vazão no conservadorismo ou no reacionarismo autoritário.

A política é um museu de grandes novidades: muito do novo que se apresenta traz elementos concretos pretéritos e presentes. O futuro pertence ao tempo, que anda de mãos dadas com a política. As areias da ampulheta descem em vários ritmos, e a dança de cada grão é praticamente imprevisível. Entretanto, duas certezas nos restam: o tempo não para – e o tempo da política é agora, na ágora. Não percamos tempo.



QUAL A DISTÂNCIA ATÉ BRASÍLIA?

Entender o comportamento dos partidos nos Estados indica por que é difícil pensar em candidaturas e coligações nacionais. No Brasil, apenas presidente e vice são votados em todo o território. O restante – 513 deputados federais, 81 senadores, 27 governadores e seus vices, além dos 1.059 deputados estaduais – é selecionado por Estado. Pela teoria política, em países federativos dotados de partidos nacionais, o comportamento destas organizações tende a ser regionalizado, ou seja, o alinhamento entre acordos estaduais e nacional é complexo.

Em 2002 e em 2006, a Justiça impôs ao País a verticalização das coligações. O cenário ficou tão artificial que entre as dez maiores legendas existentes em 2006, seis desistiram de apoios formais na corrida presidencial. Em 2010, a lógica voltou “ao normal”, instituída por emenda constitucional no Legislativo, tamanha a resistência dos políticos à decisão do Judiciário.

Em 2022, até o presente momento, cinco partidos sinalizam de forma mais concreta o lançamento de candidatos próprios ao Planalto: PT, PL, PDT, Podemos e PSDB, que buscam apoio sabendo que aliados nacionais nem sempre reparam os acordos nos Estados – que o diga a candidatura tucana em 2018. Outros tantos partidos devem aparecer na disputa, enquanto alguns

podem desistir, mas, para o que pretendemos aqui, temos casos suficientes.

Bolsonaro se filiou ao Partido Liberal (PL), após dois anos sem legenda, sob a condição de que, com a esquerda, o PL não pode se coligar nos Estados. Seria possível? Tomemos 2010, 2014 e 2018, as eleições mais recentes, como exemplo. Ao todo, temos 27 unidades federativas, que, multiplicadas por três eleições, nos dão um máximo de 81 alianças entre partidos para a disputa de governos estaduais. Desses 81, PT e PL se aliaram em 36% das vezes, com destaque para o Nordeste, onde Bolsonaro (PL) encontra dificuldade e Lula (PT) tem amplo apoio político. Nestes três pleitos, a aliança entre PT e PL para governador aconteceu em 20 das 27 unidades. Na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão, no Piauí, em São Paulo; no Rio Grande do Sul e no Pará, duas das três vezes, e no Mato Grosso, em todas elas. Assim, os políticos do PL sabem da importância da união, ou seja: quanto custa a adesão do presidente à legenda? Quanto consumirá do orçamento secreto e do Fundo Eleitoral? Mais: e se houver chances de o presidente sair derrotado? O cálculo fica mais complicado.

Exercício igualmente desafiador, tendo em vista que Bolsonaro se opõe a adversários de forma intensa, é pensar que o Podemos de Sergio Moro esteve com o PL em 37% dos 81 pleitos. Além disso, em quase 30% deles, o PSBD (hoje, com João Doria) e o PL se uniram. Fácil?

Nestas variadas combinações, PT e PDT formam a dupla mais regular: 42% das alianças possíveis. Deve ser por isso que em parte do PDT há desconforto com Ciro Gomes – e um eventual afastamento estadual entre as siglas. Merece atenção também o pareamento entre o Podemos (antigo PTN) e o PDT, com 31% de casos. Seria possível imaginar que dois dos três nomes da via alternativa à disputa entre Lula e Bolsonaro dividiram palanques?

Por fim, a única relação consolidada em tom de rivalidade é entre PT e PSDB. Esta aliança não ocorre desde 1998, mas é um ex-tucano na chapa de Lula como vice quem mais chama a atenção nacionalmente. Realidades locais são diversas, e o estabelecimento de clivagens políticas, rivalidades e alianças em cada Estado depende de carências e peculiaridades locais. Dessa forma, é complexo pensar em alianças nacionais e consolidações de nomes para além da esfera estadual em um país como o Brasil.

GRAZIELLA TESTA, PROFESSORA DA ESCOLA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (EPPG-FGV)

HELGA ALMEIDA, PROFESSORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO (UNIVASF)

HUMBERTO DANTAS, HEAD DE EDUCAÇÃO DO CLP – CENTRO DE LIDERANÇA PÚBLICA



Liderando o atraso

A COP26, realizada no último mês de novembro, mostrou que o desafio climático que Brasil e mundo têm diante de si ainda é longo – e que não estamos lidando com a questão na urgência necessária. Os avanços saídos da conferência, embora tenham uma direção positiva, são tímidos e aquém das necessidades que a emergência climática impõe, sendo insuficientes para manter o aquecimento global em 1,5 grau Celsius.

O Brasil – que dispõe da maior parte da Amazônia em seu território, que sediou a Rio 92 e a Rio+20 e que já teve protagonismo nas negociações globais sobre redução das emissões de gases do efeito estufa – perdeu espaço e inserção em Glasgow. Com participação pequena, assinou acordos relativos à floresta e à diminuição de emissão de gás metano e anunciando a redução do desmatamento de 2030 para 2028. Entretanto, não foi capaz de apresentar planos concretos e críveis para convencer.

Dados do Mapbiomas mostram que 99,8% dos desmates têm indício de ilegalidade e só 2% tiveram alguma providência do Ibama em 2020. Outra informação recente, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), dá conta de que, entre

MÔNICA SODRÉ,
CIENTISTA POLÍTICA E DIRETORA-EXECUTIVA DA REDE DE AÇÃO POLÍTICA PELA SUSTENTABILIDADE (RAPS)

Houve negligência do Executivo? Na pauta do Congresso, figuram projetos que podem alterar a demarcação de terras indígenas, flexibilizar as regras de licenciamento ambiental e anistiar propriedades irregularmente ocupadas em áreas da União. Evidências do atraso parlamentar

julho de 2020 e julho de 2021, houve aumento de 22% no desmatamento na Amazônia Legal, num total de mais de 13 mil quilômetros de área destruída. É o pior índice registrado nos últimos 15 anos. Diante disso, fomos e voltamos sem nenhuma ideia do que será feito para alterar o quadro de iminente savanização da Amazônia, que vai empurrar 11,5 milhões de pessoas na região à situação de extremo calor e vulnerabilidade, como apontaram cientistas brasileiros na *Nature*.

Poucas semanas depois, cumprindo os anúncios que já vinham sendo feitos, supermercados da Europa anunciaram a suspensão da venda de carne brasileira pela ligação com o desmatamento. Não à toa, “rastreadibilidade” foi, na COP – e tem sido nos últimos anos –, palavra-chave para os europeus e promete ditar a direção do comércio internacional nos próximos anos.

Dentre os principais assuntos da conferência, estavam, ainda, o financiamento climático – em especial, voltado aos países menos desenvolvidos e cuja adaptação não é mais uma possibilidade – e a finalização do livro de regras do Acordo de Paris, que trata sobre sua operacionalização. O documento final, conhecido como

“Pacto Climático de Glasgow”, embora reconheça o problema dos combustíveis fósseis, fala em “redução gradual” em vez de “eliminação gradual”. Ainda, o financiamento para as nações pobres ganhou novos incrementos, mas elas ainda não viram ganhar vida o Fundo Verde do Clima, previsto no Acordo de Paris. Transfere-se, mais uma vez, para o ano seguinte (e para o futuro), as expectativas quanto à solução de um problema cada vez mais urgente.

É preciso, ainda, encarar a emergência climática também como um problema de política nacional. Houve negligência do Executivo? Na pauta do Congresso, figuram projetos que podem alterar a demarcação de terras indígenas, flexibilizar as regras de licenciamento ambiental e anistiar as propriedades irregularmente ocupadas em áreas da União. Evidências do atraso parlamentar.

Pesquisa recente da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), em parceria com o Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (Cepep/FGV) e apoiada pelo Instituto Clima e Sociedade (ICS), mostra o tamanho do problema. Apenas 29%

dos parlamentares reconhecem o combate ao desmatamento e às queimadas como elemento prioritário na agenda do clima, mesmo quando 44% das emissões ocorrem por mudanças no uso da terra e, segundo dados do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), 94% advêm de desmatamento. Mais de 90% dos deputados e senadores disseram estar interessados nos problemas ambientais, mas apenas 7% atribuíram a seus colegas o mesmo interesse, ao passo que só 15% acreditam que a pauta ambiental seja uma preocupação de seus eleitores. É o melhor exemplo de “o problema são os outros”.

Aqui, três hipóteses são possíveis: ou o parlamento não entende a urgência, ou não tem se importado o suficiente com ela, ou tem tratado a situação no rol das barganhas com o Executivo. Junto com o combate às desigualdades, a mudança do clima é o principal desafio deste século, caracterizando-se, fundamentalmente, como um problema político. Na ausência de um governo federal que o faça, precisamos que o Congresso nos coloque no século 21. Nada mais simbólico para isso que a liderança de representantes do povo brasileiro.

POLÍTICA SE CONSTRÓI COM CIÊNCIA

ENTREVISTA 
RENATO GALENO 

“OS IGNORANTES ESTÃO CHEIOS DE CERTEZAS.” O PORTUGUÊS **ALEXANDRE QUINTANILHA** RECORRE A UM ANTIGO PENSAMENTO DO FILÓSOFO INGLÊS BERTRAND RUSSELL PARA RESUMIR OS TEMPOS DE PANDEMIA, EM QUE A POLARIZAÇÃO É TÃO GRANDE QUE DIVIDIU O MUNDO ENTRE NEGACIONISTAS E AQUELES QUE ACREDITAM NA CIÊNCIA. CIENTISTA, PROFESSOR E DEPUTADO DO PARLAMENTO DE PORTUGAL, QUINTANILHA ACREDITA NO CONHECIMENTO COMO UM ELEMENTO LIBERTADOR E NA UNIÃO DOS PAÍSES CONTRA OS EFEITOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. ELE TAMBÉM DEFENDE A EDUCAÇÃO: “A FUNÇÃO PRINCIPAL DA EDUCAÇÃO É TRANSFORMAR ESPELHOS EM JANELAS. OS ESPELHOS SÃO NARCISISTAS”.

Crédito: Divulgação



Qual a importância de se investir em ciência?

Eu gosto muito de uma frase que diz que os ignorantes e os fanáticos estão cheios de certezas, e as pessoas que têm o conhecimento estão cheias de dúvidas. Acho que a frase é de uma atualidade gritante. Nós tivemos a sorte de termos, em Portugal, um ministro da Ciência durante muitos anos que apostou no conhecimento, em todas as áreas. Ele até foi criticado várias vezes porque julgavam que dava uma ênfase demasiada às ciências sociais ou às humanidades. Todos achavam que os avanços do país deveriam estar mais concentrados na inovação tecnológica, e não na inovação social ou cultural. E para quem acha que o conhecimento é caro, pensem que a ignorância é muito mais cara para a humanidade. A ignorância custa muito mais às pessoas, aos Estados e aos países do que o conhecimento.

Em meio a tantos avanços científicos, como o desenvolvimento de vacinas eficazes em poucos meses, há também o crescimento de movimentos obscurantistas. Por que a volta, em pleno século 21, a esse obscurantismo?

Eu não fico espantado que isso aconteça, pois não é novidade. Já aconteceu algo semelhante, muitas vezes, no passado. Houve períodos na História em que até fazer perguntas era considerado perigoso. À medida que o conhecimento foi avançando, as pessoas também começaram a perceber que conhecimento é poder. E o poder pode ser perigoso, podendo ser usado tanto para fazer o bem como para fazer o mal. O conhecimento serve para diminuir a incerteza. Em relação à pandemia atual de covid-19, em primeiro lugar, não temos a certeza da origem deste vírus [coronavirus]. Outra coisa: ninguém sabe com 100% de certeza onde a vacina começou, também

ainda não sabemos por quanto tempo ela vai nos proteger. Há muitas coisas que ainda não sabemos sobre a vacina. É sempre bom lembrar que existe um vírus que se chama HIV, presente há mais de 40 anos entre nós, e que ainda não tem uma vacina específica para ele, apesar de já ter matado dezenas de milhões de pessoas em todo o planeta. Também não existe vacina para a malária. Portanto, o fato de termos conseguido, em menos de um ano, várias vacinas contra a covid-19 é um feito extraordinário.

Isso coloca a ciência em uma posição frágil diante da especulação?

Sim. E por isso é ainda mais importante esclarecermos essa fragilidade. E isso não é só o problema dos meios de comunicação ou das redes sociais. Se uma pessoa pergunta a um cientista: “Por que isto acontece?”, a resposta do cientista é: “Não tenho certeza, talvez por isto ou aquilo”. É necessário tempo para explicar a ciência, enquanto alguém dizer que os chineses criaram um vírus de propósito, por exemplo, é uma resposta de três segundos e muito mais assertiva. Outro problema é que os avanços do conhecimento exigem cada vez mais financiamentos, que são muito caros. Conseguir trabalhar em determinados setores da física, das partículas, ou trabalhar na biologia molecular é caro. O mesmo ocorre em áreas das ciências sociais, que precisam de entrevistas com muita gente. Tudo isso custa dinheiro.

Em que medida a mentira é uma ameaça à democracia?

A mentira retira das pessoas a capacidade de construir uma vida própria, responsável e sólida. A mentira tem efeitos perversos, porque a maior parte das pessoas não desenvolveu a capacidade de questionar aquilo que escuta. Elas não verificam o que está sendo feito e não desenvolveram a capacidade de ter confiança em certas instituições e pessoas que merecem essa confiança. A confiança leva muito tempo para ser construída, mas pode ser destruída em dois segundos. Nós temos de fazer um esforço para verificar se a informação que nos é dada está correta. Apenas engolirmos aquilo que nos dizem é muito perigoso, mesmo que seja verdade ou que esteja próximo da verdade. Também é complicado o fato de os



AS MEGACIDADES SÃO IDEAIS PARA A PROPAGAÇÃO DE PANDEMIAS, SENDO QUE MUITAS DELAS ACONTECEM E NEM NOS DAMOS CONTA, POIS NÃO CAUSAM MAIORES DANOS. A PANDEMIA DE COVID-19 NOS ALERTA PARA A NOSSA FRAGILIDADE.



meios de comunicação serem controlados por poucos grupos. Isso dificulta para a pessoa verificar a informação que recebeu em outras fontes ou meios de comunicação. Cada vez mais eu aprecio termos tempo e capacidade para digerirmos as informações que recebemos, pois, hoje em dia, recebemos dados que precisamos de tempo para transformá-los em conhecimento. Isso para não falar em sabedoria, que é algo muito mais complicado.

Como avalia os impactos da covid-19 sobre a população mundial?

Dois terços das células que transportamos no nosso corpo não são células humanas. São células de bactérias, parasitas e fungos. Outra coisa: mais de 90% da informação genética que transportamos em nosso corpo também não são humanas. São informações genéticas de vírus, bactérias, fungos e parasitas. Logo, somos um ecossistema espantoso e extraordinário; transportamos conosco tudo aquilo que se possa imaginar em termos de bichinhos variados que a gente não vê, mas que andam conosco o tempo todo. E o que nós sabemos em relação a eles ainda é muito pouco. Estamos cientes de que há bactérias importantes em nosso sistema digestivo, e até nos vendem iogurtes que têm essas bactérias para nos ajudar

na digestão dos alimentos. Entretanto, sobre a grande maioria dos outros microrganismos que transportamos, não temos a menor ideia do que faz, se é útil ou benéfica ou se apenas está conosco. Nós criamos um ecossistema que vive normalmente bem, durante muitas décadas, transportando estes organismos conosco. Portanto, eu diria que o espantoso é não haver mais pandemias. E isso não apenas pelo fato de os vírus que transportamos poderem sofrer mutações e tornarem-se maléficos ao nosso organismo. Mas por causa do próprio contato entre nós, seres humanos. Uma megacidade tem 10 milhões de habitantes e outros 40 milhões de animais, gatos, cães, galinhas, porcos, lagartos e periquitos. E tem trilhões de vetores de vírus e bactérias. Isto é, as megacidades são os locais ideais para a propagação de pandemias, sendo que muitas delas acontecem e nem nos damos conta, pois não causam maiores danos. A pandemia de covid-19 nos alerta para a nossa fragilidade. Não perceber a nossa fragilidade e a fragilidade do nosso planeta em relação ao universo não é uma situação muito confortável.

Qual a importância de uma ação coordenada entre os países e um consenso para conseguirmos minimizar as mudanças climáticas?

A resposta mais simples é dizer que ou fazemos todos juntos ou perdemos todos juntos. Ou há uma atuação coordenada com todos os países do planeta envolvidos ou, então, não há. E nós não temos essa ação coordenada. Mas essa é a resposta mais curta e simples. Em 1958, um senhor chamado Charles Killing começou a medir as concentrações de CO₂ e de oxigênio na atmosfera, num sítio longe da indústria e longe das grandes populações, nos Estados Unidos. Logo, há 63 anos, são feitas previsões cada vez mais precisas sobre os efeitos dos aumentos de CO₂ na atmosfera terrestre. Os efeitos desses aumentos em relação aos eventos extremos, ao aumento da temperatura, às alterações das correntes nos oceanos e aos efeitos sobre os vários ecossistemas do planeta. Há 63 anos, sabemos disso tudo. E apenas agora, finalmente, algumas pessoas começaram a acordar. Isso mostra como o conhecimento leva tempo para ser incorporado pela política, e para decisões serem tomadas a fim de tentar mitigar este fenôme-

no. Em Portugal, nós tínhamos duas grandes usinas de eletricidade a carvão. A primeira já foi fechada, e a segunda, se não foi fechada, deve ser fechada em pouco tempo. E Portugal foi o primeiro país que submeteu o plano para a neutralidade carbônica até 2050. Portanto, nesse aspecto, Portugal tem tido uma posição. Também não fomos um país muito industrializado, o que nos ajuda um pouco. Não tivemos grandes indústrias que precisaram ser alteradas. Mas Portugal está à frente, está no grupo daqueles países que têm feito um esforço enorme para que haja uma política coordenada com o objetivo de lidar com as alterações climáticas. Hoje em dia, percebemos que, se não houver um consenso mundial, essa política de mitigação dos efeitos climáticos não vai avançar.

&

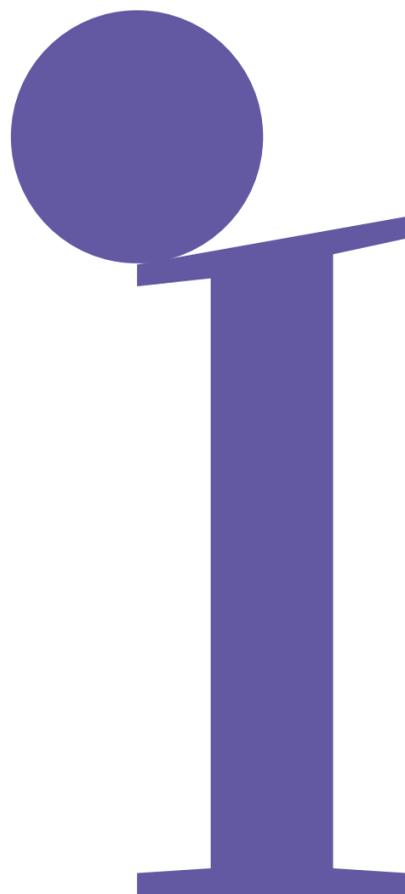


Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



Microcrédito reduz desigualdade de gênero

Pesquisas atestam a importância de políticas de renda e de crédito voltadas a mulheres para os desenvolvimentos social e econômico do País



Instrumento essencial para inclusões social e econômica, ao permitir que proprietários de microempresas tenham acesso a capital de giro para desenvolver seus negócios, a concessão de microcrédito também pode contribuir para a redução da desigualdade de gênero. Pesquisa realizada pela estudante Aine Carolina Lima, de 17 anos, que cursa o segundo ano do ensino médio no Colégio Etapa, em São Paulo (SP), mostrou que, após conseguir crédito, o aumento do faturamento de microempreendedoras foi de 19,9%, frente a 14,6% dos homens. O estudo, que teve orientação do Insper, foi publicado no *Journal of Student Research* (High School Edition), uma das principais revistas internacionais voltadas a alunos de iniciação científica.

Para avaliar o impacto do microcrédito na receita de microempreendedores, de modo geral, e comparativamente, nos negócios administrados por homens e mulheres, consideraram-se os dados de 8.724 microempresários e microempresárias de quatro Estados do Nordeste do País – Maranhão, Ceará, Paraíba e Pernambuco –, que tiveram empréstimos concedidos pela Avante, fintech especializada em microcrédito.

Foram comparadas as receitas declaradas em dois momentos distintos – durante o processo de avaliação, para a concessão do crédito, e após a conclusão do pagamento e a solicitação da renovação do financiamento. Esses rendimentos, por sua vez, foram confrontados aos mais de 4,27 mil microempresários (grupo de controle), que

também solicitaram crédito no mesmo período, mas não tiveram o pedido aprovado.

Todas as informações usadas no estudo foram declaradas nas entrevistas como realizadas para a concessão de crédito. Dentre os 8.724 participantes considerados, mais de dois terços eram mulheres, proporção condizente com as estatísticas de empreendedorismo no País.

Em relação aos ramos de atividade, os segmentos de cosméticos e vestuário concentraram mais mulheres, enquanto a presença masculina foi maior na área supermercadista. Quanto ao crédito concedido, o valor destinado às mulheres (R\$ 2.737,36) foi, em média, 10,8% inferior ao dos homens (R\$ 3.070,12). Na comparação das receitas por setor, mesmo nos segmentos em que elas representam a maioria, eles faturam mais, sendo que, no mercado de vestuário, por exemplo, essa diferença chegou a 20,2%.

Na análise dos rendimentos dos dois grupos, verificou-se que a concessão de crédito teve consequência positiva na receita de quem conseguiu o empréstimo (incremento de 6,7%), em relação ao grupo de controle (aumento de 2,6%, no período). No recorte por gênero, os resultados mostraram que o aumento médio da receita das microempresárias foi 39,37% superior ao dos homens – em Pernambuco e na Paraíba, essa diferença chegou a 55,98% e 63,05%, respectivamente.

Aine conta que sempre quis trabalhar com impacto social, e o estágio de seis meses na Avante, durante o primeiro ano do ensino médio, possibilitou a realização da pesquisa. “Tive a oportunidade de, além de aprender estatística como em uma faculdade, conhecer o mundo do microempreendedorismo. Pensei que, com o estudo, eu poderia mostrar às pessoas a força que os microempreendedores têm, principalmente as mulheres.”

Ela considera os resultados surpreendentes. “Vimos que as mulheres, apesar de representarem a maior parte dos clientes da empresa [Avante], apresentam faturamento significativamente mais baixo do que o dos homens. Mas, após receberem os empréstimos, aumentaram seu faturamento em relação a eles”, destaca.

“Se mais pessoas soubessem do impacto positivo que o microcrédito tem na vida dos empreendedores, muitos projetos e políticas

públicas poderiam ser implantados”, completa a estudante, que pretende estudar Engenharia nos Estados Unidos. Atualmente, ela está desenvolvendo um aplicativo para ajudar microempreendedores a controlar suas vendas.

RENDA FAMILIAR E ENEM

Outro trabalho científico, desta vez publicado por pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e da Universidade de São Paulo (USP), na *Revista de Administração Pública* (RAP), também fez uma análise interessante sobre renda e desigualdade. A pesquisa mostrou que uma parte significativa do desempenho dos alunos no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) reflete a realidade socioeconômica em que cada um vive – incluindo renda familiar e nível instrucional das mães.

Essa conclusão foi possível a partir da análise e do cruzamento de microdados do Enem 2018, do Censo Escolar 2018 e de dados estatísticos do IBGE 2018. Os microdados do Enem contêm as notas dos mais de 4 milhões de alunos que realizaram o exame naquele ano, assim como suas respostas ao questionário socioeconômico. Já os microdados do Censo Escolar 2018 trazem informações sobre a infraestrutura das escolas, as disciplinas oferecidas, a quantidade de salas e de profissionais, entre outros.

“A partir dos nossos resultados com análises de dados de 2018, podemos projetar que os próximos exames do Enem vão acentuar ainda mais os critérios de influência no desempenho dos estudantes, associados a variáveis econômicas, raciais, de perfil instrucional da mãe, incentivo escolar e de infraestrutura do ensino escolar”, comenta Anne Caroline de Freitas, doutoranda em Ensino na USP e autora do trabalho.

As duas pesquisas – sobre microcrédito para redução de desigualdades de gênero e sobre o impacto da renda familiar no desempenho dos alunos no Enem – foram publicadas em novembro deste ano e divulgadas à imprensa pela Agência BORI. Juntos, os dois trabalhos revelam a importância de termos políticas de renda e de crédito, voltadas especialmente às mulheres, para o desenvolvimento social e econômico do País.



AGÊNCIA BORI, UM SERVIÇO ÚNICO QUE CONECTA A CIÊNCIA A JORNALISTAS DE TODO O PAÍS. NA BORI, PROFISSIONAIS DE COMUNICAÇÃO CADASTRADOS ENCONTRAM PESQUISAS CIENTÍFICAS INÉDITAS E EXPLICADAS, ALÉM DOS CONTATOS DE CIENTISTAS DE TODAS AS PARTES DO BRASIL PREPARADOS PARA ATENDER À IMPRENSA, DAR TREINAMENTOS E CEDER MATERIAIS DE APOIO EM ÁREAS ESPECÍFICAS. ACESSE: ABORI.COM.BR

O QUE SABEMOS DA HISTÓRIA

ENTREVISTA ■■■■■
RENATO GALENO ■■■■■
FOTO ■■■■■
RENATO PARADA ■■■■■

PROFESSORA DE ANTROPOLOGIA NA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP), A HISTORIADORA **LILIA SCHWARCZ** AFIRMA QUE O PASSADO NÃO DETERMINA O PRESENTE, POIS ESTE PODE SER REESCRITO PELAS NOVAS GERAÇÕES. AO REFLETIR SOBRE DESIGUALDADE, LEMBRA QUE O BRASIL FOI CRIADO SOB OS SIGNOS “EM QUE POUCOS MANDAM E MUITOS OBEDECEM”. ELA ANALISA AINDA A CRISE DEMOCRÁTICA QUE VIVEMOS.

Qual é a relação entre História e memória? Há quem diga que História e memória sejam sinônimos. Não são. A História e a memória, muitas vezes, vivem às turras. É muito difícil saber onde termina a fronteira de uma e começa a outra. Entretanto, é possível especular sobre as particularidades delas. A História vai se formando, mas nada impede que novas gerações a interpretem de outra maneira. É possível mudar a História pela descoberta de novas fontes. É possível, também, descobrir uma nova História, fazendo novas perguntas. Eu, por exemplo, estudei Lima Barreto, que teve um biógrafo sensacional chamado Francisco de Assis Barbosa. No entanto, Barbosa não entrou na questão racial. Quando escrevi sobre Lima Barreto, analisei a partir de uma série de marcadores sociais da diferença, como a raça. Logo, a História é inconclusa, porque cada geração coloca as questões do seu tempo – e, ao fazer isso, ela recupera a própria História. A memória é ainda mais subjetiva que a História, porque parte de uma experiência pessoal, em geral vinculada ao presente, para ler o passado.

O que é possível aprender sobre o Brasil de hoje olhando para o País do passado?

Como estudo História e Antropologia, acredito que o nosso passado não condicione o presente. Tampouco explique o presente. Mas ele é um lembrete. Eu não acredito em determinismo histórico e que sejamos apenas fruto do passado. Mas ele nos ajuda a refletir. Se pensarmos na questão racial, por exemplo, é muito difícil acharmos que um país que teve uma experiência colonial pautada na mão de obra escravizada não seria um país violento e da discriminação.

Mas não basta só dizer que o racismo é fruto do legado, pois na contemporaneidade nós temos reescrito essa História. E praticado um racismo estrutural, institucional e muito perverso, porque ele pretende naturalizar as diferenças.

Há, no País, um mito de que não existe racismo por aqui. Por que temos esta resistência de reconhecer que somos uma sociedade preconceituosa?

Desde que a humanidade existe, ela estranha o outro. Os gregos chamaram de bárbaros todos que não eram eles mesmos. O Brasil colonial chamou de herege toda a humanidade não católica. Desde que o homem é homem, ele encontra o seu diferente e reage a ele. Há duas atitudes em relação ao diferente. Uma é dizer “eu não gosto”, “não concordo” e, pior, “acho que é menos que eu”. A outra atitude é aquela que Rousseau chamou de alteridade, ou seja, a descoberta do outro é tão fundamental que transforma a concepção do eu. Estas duas concepções sempre existiram. No Brasil houve, desde o início, escravização de indígenas e, depois, ao mesmo tempo, de indígenas e, africanos. Isso foi um projeto do Estado moderno de subordinação de algumas populações e mais: para conseguir lucro por cima dessas populações. Outra situação é a criação do racismo científico. O que é isso? É a construção de um aparato acadêmico até para legitimar o que era ilegítimo, a posse de uma pessoa sobre outra. Diferentes também são as teorias de branqueamento, que tomam força no início do século 20 no Brasil. Teorias que supunham que, em três gerações, o Brasil seria branco. Os brasileiros achavam que seriam gregos no futuro.



NÃO BASTA SÓ DIZER ‘O RACISMO É FRUTO DO LEGADO’, POIS, NA CONTEMPORANEIDADE, NÓS TEMOS REESCRITO ESTA HISTÓRIA. É PRATICADO UM RACISMO QUE É ESTRUTURAL PORQUE ELE PRETENDE NATURALIZAR AS DIFERENÇAS.

Outro aspecto estrutural da sociedade brasileira é a desigualdade. Ela é um dado histórico?

O Brasil foi criado sob os signos em que poucos mandam e muitos obedecem. Também foi criado sob o signo da violência, a ideia de que uma pessoa pode comprar, alugar, fazer seguro e penhora de outra pessoa. Isto é, basicamente pode desumanizá-la. A desumanização é o auge da desigualdade, e a escravidão, um sistema que supõe exatamente isso. O Brasil não é um país pobre, é um país de pobres. E nós sabemos que, depois da pandemia, vamos sair ainda mais pobres e desiguais.

Um tema relevante é a utilização de mecanismos democráticos contra a própria ideia de democracia. Se há uma crise da República, no Brasil, ela vem de longe?

A República e a democracia são processos sempre inconclusos. Se pensarmos na ideia de República e democracia dos gregos, fariá-

mos a seguinte pergunta: quem era cidadão e quem não era? As mulheres, os estrangeiros e os escravizados, não. Naquele momento, a inclusão já era relativa. República sempre foi um regime que precisa ser conquistado mais de uma vez. A partir de 2016, no mundo e no Brasil, houve o crescimento de uma onda conservadora. Mais do que isso: uma onda retrógrada, pois conservadores são aqueles que têm uma posição avessa às mudanças, mas respeitam a Constituição. Há bons conservadores e bons democratas. Isso é muito bom. Sempre digo que a temperatura da democracia funciona muito melhor na diferença. O problema é você ter um governo retrógrado, que quer fazer andar para trás, retroagir. Isso é um problema. Eu sempre digo que sou otimista no atacado e pessimista no varejo. Acho que tivemos momentos interessantes, uma democracia interessante e uma República interessante. Hoje, infelizmente, não vivemos estes momentos.



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



IDENTIDADE NACIONAL EM ANÁLISE

Analísado com base em um olhar externo, o Brasil é visto como um país imerso em questionamentos a respeito da sua identidade e dos problemas que impedem o seu desenvolvimento

DANIEL BUARQUE, PESQUISADOR NO PROGRAMA DE DOUTORADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRAZIL INSTITUTE, DO KING'S COLLEGE LONDON (KCL), E DO INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). É JORNALISTA, TEM MESTRADO EM BRAZIL IN GLOBAL PERSPECTIVE PELO KCL E É AUTOR DE *BRAZIL: UM PAÍS DO PRESENTE*



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo e podcast. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com

Protestos em massa, crise econômica, impeachment de uma presidente, denúncias de golpe, escândalos de corrupção, ameaça de impeachment de outro presidente, crise política, polarização, prisão de um ex-presidente, ascensão da extrema-direita. Desde 2013, o Brasil passa por transformações radicais. O País, que era descrito como a “bola da vez”, vem enfrentando uma série de problemas, tendo a própria identidade nacional questionada em um processo descrito por alguns como “guerra cultural”.

Para entender as implicações desta longa transformação, em alguns momentos, é preciso ir além da autoanálise, do “olhar para o próprio umbigo”. Assim como uma pessoa precisa se olhar no espelho para se ver por completo, uma nação necessita de um reflexo de si mesma para compreender-se. A partir desse entendimento, a Revista **Problemas Brasileiros** e o Canal **UM BRASIL** buscaram entender este reflexo da realidade brasileira com base em olhares externos. Na série *Brasil Visto de Fora*, estudiosos e acadêmicos brasilianistas de centros de estudos, *think tanks* e universidades de todo o mundo deram suas impressões sobre o País. A ideia

é ajudar os próprios brasileiros a entender a própria realidade.

Ao avaliarmos a polarização nacional a partir de um dos lados da divisão política, o retrato que se vê é um tanto mais complexo do que se pode pensar. Olhando de fora, como a série propõe, vê-se uma nação com questionamentos a respeito da sua identidade e imersa em problemas que impedem seu desenvolvimento. Ainda assim, desfruta de prestígio nas relações com outros países e tem forte potencial para buscar um lugar de destaque no mundo.

Oito entrevistas revelam um olhar diverso sobre a realidade brasileira. Destas análises, é possível discutir mais profundamente as origens da identidade nacional, as relações com outras nações, as crises pelas quais o Brasil passa e o seu lugar no mundo, hoje e no futuro.

A formação do Brasil baseada em influências externas foi tema de conversas com dois brasileiros que conhecem bem o olhar estrangeiro sobre nós: a diplomata Irene Vida Gala e o pesquisador, radicado no Líbano, Roberto Khatlab. As influências da África e do Oriente Médio foram apontadas como fun-

damentais para o Brasil, assim como as relações com o continente e a região da Ásia continuam importantes para o País conseguir entender seu relacionamento com o resto do mundo.

De olho nas relações atuais e futuras, Tatiana Prazeres, pesquisadora da Universidade de Negócios Internacionais e Economia, em Pequim, dissecou as conexões e falhas de tradução do Brasil com seu principal parceiro comercial, a China. Ela destacou a dificuldade de conhecimento entre as duas nações, e o predomínio de estereótipos e diagnósticos simplistas dos dois lados.

As crises políticas do Brasil contemporâneo foram o foco da entrevista com Richard Lapper, escritor e consultor britânico, autor de *Beef, Bible and Bullets – Brazil in the Age of Bolsonaro* (“Boi, bíblia e balas – o Brasil nos tempos de Bolsonaro”, em tradução livre). Segundo ele, uma confluência de insatisfações sociais, problemas econômicos e contradições culturais ao redor do vasto território brasileiro ajudou a alimentar a chama do populismo que vivenciamos.

Entretanto, a longa crise econômica que afeta o País não desfez totalmente o prestígio nacional entre investidores estrangeiros, explicou Cristina Cortes, diretora do *think tank* britânico Canning House. Ainda há um otimismo cauteloso no resto do mundo em relação ao Brasil, pois suas potencialidades são reconhecidas.

A questão da identidade foi um dos temas da entrevista com Marshall Eakin, professor da Universidade Vanderbilt (EUA) e autor do livro *Becoming Brazilians*, em que aborda essa formação da chamada “brasilidade”. Segundo ele, a internet exagerou as divisões da população, não só no Brasil, criando crises no sentimento de identidade nacional homogênea em várias partes do mundo. Essa fragmentação ajudou a criar dificuldades na consolidação de um projeto nacional, o que se reflete na polarização política atual.

Avaliação similar foi feita pela diretora de pesquisas do *think tank* americano Geopolitical Futures. Allison Fedirka identificou uma dificuldade na definição de um projeto de Brasil no mundo. Segundo ela, o País precisa decidir o que quer na sua relação com outras nações, além de trabalhar o desenvolvimento interno para conseguir se projetar globalmente.

Este processo de olhar para fora para entender a própria personalidade nacional e definir o que

se quer do mundo tem justificativa na filosofia e nas relações internacionais. Estudos a respeito da identidade (de pessoas e de grupos) explicam que é o reconhecimento do outro que torna real a sensação da própria existência. Segundo o filósofo alemão Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), um sujeito só pode chegar à consciência de si mesmo se entrar em uma relação de reconhecimento com o outro.

De forma semelhante, nações precisam de reconhecimento externo para se sentirem realizadas nas relações com outros Estados. Mais do que isso, é necessário haver alguma conexão en-

tre o que um país pensa sobre si mesmo e o que os que olham de fora pensam sobre ele, a fim de alcançar a segurança ontológica. Esse conceito é uma confirmação da autoidentificação que permite a um Estado manter uma identidade consistente nas suas conexões externas.

Ao olhar para o Brasil a partir do ponto de vista externo, avançamos na compreensão da realidade nacional, da identidade do País e do projeto que queremos construir para o futuro.

&



Forêt Vierge Pras Manqueritipa – Johann Moritz Rugendas (1835).



CULTURA DE RESISTÊNCIA

ENTREVISTA 
 JOYCE RIBEIRO 
 FOTOS 
 ADENOR GONDIM 

O PAÍS PRECISA OLHAR E REFLETIR SOBRE O SEU PASSADO E AS INJUSTIÇAS COMETIDAS, COMO NA ESCRAVIDÃO, CUJAS CONSEQUÊNCIAS SÃO SENTIDAS ATÉ HOJE NA SOCIEDADE. ESSA REFLEXÃO PODE SE DAR PELA HISTÓRIA DOCUMENTAL OU POR MEIO DA ARTE. "NENHUMA ARTE É DESPROVIDA DE POLÍTICA. É INEVITÁVEL, POIS TODOS SOMOS SERES POLÍTICOS. ATÉ A NEUTRALIDADE É UM POSICIONAMENTO POLÍTICO", AFIRMA O VENCEDOR DO PRÊMIO JABUTI 2020, POR *TORTO ARADO*, **ITAMAR VIEIRA JUNIOR**. O AUTOR BAIANO FOI ABRAÇADO PELO PÚBLICO AO ABORDAR O RACISMO ESTRUTURAL QUE PERSISTE NO BRASIL E O PAPEL DA CULTURA NA CONSCIENTIZAÇÃO DAS PESSOAS.



Em seu livro *Torto Arado*, você escreve sobre uma comunidade quilombola a partir da perspectiva de duas irmãs. De onde vem essa segurança para narrar uma história incorporando a sensibilidade feminina?

Eu tive uma formação que transita entre a Geografia e a Antropologia. Passei quase 17 anos na universidade, e a proximidade com a Antropologia me ensinou a contar história a partir de uma perspectiva que não era a minha. Quando pegamos um livro para ler, somos as personagens durante o tempo da leitura. Conseguimos adentrar até na mente da personagem, entender suas sensações e os seus sentimentos. Eu acho que não há maneira melhor para exercermos a alteridade. E a literatura é esse terreno da liberdade, fértil, onde podemos ser qualquer coisa. Podemos nos reinventar, podemos ser uma árvore ou um cachorro. A literatura já nos deu muitas provas disso. Podemos ser homens, mulheres, almas, espíritos, qualquer coisa. Daí esse meu deslocamento sempre para o lugar do outro, quando estou nessas narrativas. Talvez seja a minha curiosidade de relatar e conhecer o mundo, a partir de outros olhares e outras perspectivas. E contar a história de *Torto arado* só seria, para mim, uma história muito honesta se fosse contada a partir da perspectiva das mulheres. A sociedade convencionou tratar os pais como heróis, mas no meu contexto familiar, por exemplo, foi diferente: as mulheres eram as heroínas da história. Talvez isso tenha adoçado a minha sensibilidade para contar histórias a partir dessa perspectiva.

Você fala de questões difíceis, como violência, busca de justiça social e marcas da escravidão. Como não romantizar esses temas?

Essa é uma questão que se impõe, não só para mim, mas para todos que escrevem. Eu imagino que a literatura nos ofereça um ângulo

muito diferente da história factual, que tem acesso a documentos, relatos e cartas. É ancorada em muitos documentos e revisões bibliográficas sobre o tema. A literatura é mais livre, embora seja baseada, muitas vezes, em documentos históricos. A história nos dá os fatos, os relatos daquilo que não vivemos. Mas a literatura nos permite tangenciar ou mergulhar nos sentimentos daquelas personagens. É o foco na experiência humana que faz da literatura essa arte diferenciada, e o que a diferencia, por exemplo, da história.

A sua escrita é, de alguma forma, militância?

Nenhuma arte é desprovida de política. Apesar de tentarmos manter essa distância, o rigor crítico exige isso de nós. É inevitável, pois todos somos seres políticos. Até a neutralidade é um posicionamento político. Tenho uma relação muito bem resolvida com essas questões. Eu preciso escrever e falar sobre o que é relevante acima de tudo. Se não fosse relevante para mim, eu escolheria outro tema para falar. E é inevitável não apresentar a nossa visão de mundo, o que nos move como artista e cidadão. Eu poderia contar a história de *Torto arado* pela perspectiva do fazendeiro. Talvez ele se sentisse ferido, traído pelo seu direito de propriedade. Pois o que vale é o direito de propriedade daquele senhor, o documento que ele tinha, e não a história de todos que estavam ali. Tem gente que acredita nisso. Mas, para mim, era relevante mergulhar naquilo que fazia sentido para a minha história. Afinal de contas, era a história dos meus ancestrais que estava em jogo, e eu precisava falar sobre ela.

As histórias contadas por autores negros têm sido crescentes no País. Como você vê este momento?

Este caminho foi aberto com muita foice, machado, muita pena e tinta de caneta. Todos nós temos que agradecer aos autores do passado que abriram este caminho, como Maria Firmina dos Reis [1822-1917], Lima Barreto [1881-1922], Machado de Assis [1839-1908] e Carolina Maria de Jesus [1914-1977], que, passados 60 anos da publicação de seu *Quarto de despejo*, ainda é muito lida e discutida no Brasil e no exterior. Eles têm o mérito de



EU PODERIA CONTAR *TORTO ARADO* PELA PERSPECTIVA DO FAZENDEIRO. TALVEZ ELE SE SENTISSE TRAÍDO PELO SEU DIREITO DE PROPRIEDADE. MAS ERA RELEVANTE MERGULHAR NAQUILO QUE FAZIA SENTIDO PARA A MINHA HISTÓRIA.

terem aberto todos estes caminhos para nós. Mas vivemos, sim, um momento diferente da história. Cada vez mais pessoas negras e indígenas têm publicado no País. Acho que isso é consequência, também, de lutas e conquistas da sociedade civil organizada, a partir do Movimento Negro, da Constituição de 1988 e de todas as políticas públicas que vieram para tentar mitigar, minimamente, a desigualdade, o abismo social e o racismo estrutural, que ainda são muito marcantes no Brasil. Espero que seja apenas o começo, pois este mercado ainda é muito desigual. Estamos falando de um país em que 50% da população se declaram negros ou pardos.

Chama a atenção na sua obra a relação com o tempo. Você, intencionalmente, queria despertar isso no leitor?

No início, não foi tão intencional. Acho que eu escrevia sem dar muita atenção ao tempo. Eu lembro, por exemplo, que meu pai falava que o meu bisavô cultivava em terra alheia, mas eu nunca pensei que aquilo pudesse ser uma forma de escravidão. Anos depois, quando ingressei no serviço público e tive contato com populações rurais, fiquei chocado ao encontrar pessoas que trabalhavam e não recebiam nada em troca. Comecei a me interessar e querer saber sobre o passado daquelas pessoas. Tudo foi direcionando para o mesmo lugar, que era uma herança muito forte. Encontrei estu-

dos acadêmicos sobre escravidão e como ela permaneceu de muitas formas em nossa sociedade. A Abolição foi incompleta. Ela não foi acompanhada, por exemplo, de uma Reforma Agrária, que era o desejo dos abolicionistas. Eu achava curioso, mais de cem anos após a Abolição da Escravatura, encontrar pessoas que viviam, de alguma forma, escravizadas. Foi um choque, como se o tempo, em alguns lugares do País, não tivesse passado. Não precisamos ir muito longe. Às vezes, é no apartamento ao lado do nosso, onde tem uma empregada que mora ali há anos sem receber salário. Estamos falando de um país que tem esta marca profunda e mal resolvida. É o que Millôr Fernandes dizia: “O Brasil é um país com um passado pela frente”.

Como lidar com tudo isso?

Precisamos explicar a História, às vezes, de uma maneira lúdica. Acho que a literatura faz isso bem, assim como o teatro e a TV. Precisamos apresentar a História de uma maneira mais próxima das pessoas. É muito fácil repetirmos chavões, um discurso político, e dizer que existe racismo estrutural. Mas parece que estamos falando de coisas abstratas. Não vamos encontrar por escrito o racismo estrutural em nenhum edifício, em nenhum elevador de serviço, que é onde se estabelece o racismo estrutural. Precisamos nos valer de muitas coisas, e acho que a arte é muito proveitosa, pois ela consegue nos aproximar e compreender de maneira mais íntima aquela realidade. Pessoas que se debruçaram sobre o seu tempo, porque, no fundo, a literatura é isso. Machado de Assis e Lima Barreto fizeram um retrato do tempo deles; e este, talvez, seja o retrato do meu tempo. É olhar para este País e ver as permanências e as coisas que não foram ultrapassadas. E que eu acredito, como cidadão, que devem ser ultrapassadas.

O exercício da reflexão que a literatura nos traz. Como é o seu processo?

Quando as personagens surgem, geralmente é de maneira inesperada; e eu costumo conviver com elas durante muito tempo. É uma espécie de etnografia da imaginação. Eu gosto muito de pensar nas etnografias sobre o indígena, por exemplo. Eu preciso de tempo para conhecer aqueles personagens. Durmo e acordo pensando neles. Não necessariamente, durante esse tempo, escreverei, mas tomarei notas ou gravarei áudios. Contudo, quando começo a escrever, preciso criar uma disciplina. Eu comecei a escrever ainda na infância, e esperar a inspiração não ajuda ninguém a escrever. Alguém já falou sobre isso: a escrita é feita de 99% de transpiração e 1% de inspiração. É necessário disciplina, experimentar e escrever todos os dias. O projeto de um romance demanda muito trabalho e muita escrita. Há coisas que não aproveitamos e descartamos nas revisões, mas é necessário disciplina para escrever. É um trabalho muito árduo.

&



Todas as entrevistas estão disponíveis na íntegra em vídeo. Acesse o código QR pelo celular ou visite www.umbrasil.com



Propor a visão de um Brasil plural foi a temática da EuroLeads 2021, maior conferência para estudantes brasileiros na Europa, realizada em Paris em novembro do ano passado. Promovido pela BRASA, rede de alunos espalhados pela América do Norte, Europa e Ásia, o evento contou com palestras e workshops que buscaram conectar os próximos líderes do País. Em pauta, debates sobre tecnologia, política, economia, educação, inclusão, diversidade, entre outros assuntos da atualidade. A PB e o Canal UM BRASIL produziram uma série de entrevistas com os palestrantes convidados. Destacamos, aqui, os depoimentos de alguns destes líderes.

Acesse podcasts e vídeos das entrevistas



EMPREENDEDORES DE IMPACTO



DESPERTAR LEITORES

Danielle Brants foi reconhecida pelo *MIT Tech Review* como Innovator under 35 e pela *Folha de S. Paulo* com o Prêmio Empreendedor Social do Ano em Resposta à Covid-19. É cofundadora da Árvore Educação, edtech que democratiza a leitura por meio de um aplicativo que oferece um acervo de 30 mil livros e publicações a escolas públicas e privadas. Atualmente, atende a 3,5 mil unidades escolares, atingindo cerca de 2 milhões de estudantes

“A educação tem problemas em diversas dimensões. Quando falamos de levar uma ferramenta digital para as escolas, partimos da premissa que precisamos da conectividade, que implica o jovem ter um dispositivo e acesso à internet. Em um país com tanta desigualdade como o Brasil, foi um empecilho superar o problema do acesso. Com inovação e parceria com secretarias de Educação, conseguimos levar mais de 30 mil livros a comunidades ribeirinhas no Amazonas, por exemplo. Ao acessar a internet disponível na escola, o aluno baixa o livro e lê em casa sem precisar ter a conexão, sem gastar o próprio pacote de dados.

No ranking do Pisa [*Programa Internacional de Avaliação de Estudantes*] de 2018, entre 72 países, o Brasil está em 59º colocado em leitura. Sem o ferramental básico da leitura, como as pessoas vão interpretar um texto? Distinguir um fato de uma opinião? Identificar *fake news*? Usar e demandar os seus direitos como cidadãos? Então, queremos impactar os alunos brasileiros em escala. Quando começamos, há oito anos, a tecnologia estava em outro momento, as funcionalidades de um smartphone eram diferentes, muita coisa mudou. Temos uma equipe técnica constantemente refazendo e reconstruindo os produtos para evoluir os códigos que usamos. Nesse sentido, estamos tentando utilizar mais a Inteligência Artificial (IA) para aumentar o engajamento dos jovens, trazendo títulos personalizados que o aluno goste, a fim de que ele possa superar desafios para a sua evolução. A tecnologia também nos ajuda a dar mais apoio ao professor, que é um protagonista importante nesse processo. Auxiliamos os 80 mil professores atendidos a potencializar o seu trabalho. Nosso aplicativo tem camadas destinadas à sua capacitação e formação. Eu acredito muito nas instituições de ensino. A tecnologia está ajudando a escola a se transformar. Além do trabalho conjunto com as secretarias de Educação, temos parceria com cerca de 500 editoras, remuneradas de acordo com a audiência dos livros. Com o aplicativo, levamos uma biblioteca à palma da mão dos alunos e em todas as regiões do Brasil. A nossa missão é fomentar uma nova geração de leitores para o País.”



APRENDER RINDO

Higor Cerqueira, criador do *Vestibular da Depressão*, portal de humor e informação com alcance de 15 milhões de vestibulandos por semana. Atualmente, gerencia o perfil @estudeemp Portugal, com orientações sobre universidades lusitanas

“Eu compartilhava o meu dia a dia, com ‘memes’ para o estudante não entrar em depressão em época de vestibular. Foi uma necessidade que eu tinha de divulgar as minhas situações com as pessoas que passavam pela mesma experiência. Nosso objetivo era trazer conforto a elas, mostrando que não estavam sozinhas. Os comentários que recebia destacavam que a página parecia um oásis. Após longas horas de estudo, o aluno acessava para descontrair, com piadas e assuntos que ele deveria saber. Começamos a observar que havia muito apoio [*à ideia*].

Então, comecei a movimentar soluções para atender estas pessoas e me conectei com muitos professores de todo o Brasil. A partir disso, demos início à divulgação de conteúdos animados, alegres, que traziam informações para quem estava passando por aquele período. Depois, passamos a fazer grandes ações, com aulas presenciais, gratuitas, em shoppings de todo Brasil, e trouxemos os professores para o projeto, com o objetivo de ensinar de uma forma diferente, descontraída. Foi assim que começamos a lotar salas de cinema e praças de alimentação, atingindo cada vez mais pessoas. Esta ação mostrou nossa força no presencial, mas não deixamos de fazer conexões online. Muitas atividades que desenvolvemos vieram do meu olhar para as necessidades que as pessoas tinham e como poderíamos trazer uma solução para elas.”



TECNOLOGIA PARA SALVAR VIDAS

Mariane Melo é uma das personalidades influentes da Forbes Under 30 de 2021. É *chief medical officer* da DemDex, healthtech inglesa que ajuda profissionais de saúde na tomada de decisões clínicas

“A pandemia transformou a forma como a população enxerga a saúde. Provavelmente, este processo aconteceria com o tempo, mas, nestes últimos dois anos, foi muito acelerado e mudou completamente como o paciente se relaciona com a área da Saúde. Na Inglaterra, agora, a maioria das consultas é feita de forma remota, por meio de diversos tipos de tecnologia e plataformas para filtrar os clientes – até porque existe uma lista de 13 milhões de pessoas esperando por um atendimento médico [em novembro de 2021]. Então, acelerou-se a adoção de tecnologias para que os profissionais de saúde aceitassem experimentar novos recursos. A resistência, que antes atrasava a área pelo conservadorismo dos profissionais, foi superada para dar lugar à inovação.

A Inglaterra tem o objetivo de ser o líder de IA na saúde e tem um apoio forte do governo. O resultado é a evolução constante, pois as pessoas enxergam que a tecnologia está facilitando o acesso, de empresas privadas, a dados de pacientes de forma bem mais segura. Com este novo cenário, há uma busca pela tecnologia, ao contrário de antigamente, quando era necessário bater de porta em porta para oferecer o nosso serviço. Agora, existe um incentivo dos próprios pacientes na adaptação de novos recursos. Então, está sendo muito mais fácil conversar e falar do projeto. Com isso, vimos o aumento da autonomia das enfermeiras, que solicitam mais exames do que antes, diminuindo o tempo de espera do paciente em 10%, e o tempo para tratamento em 30%.

Entretanto, mesmo com todos estes avanços na Europa e em outros países do mundo, no Brasil, a realidade é um pouco diferente. A primeira barreira encontrada no Sistema Único de Saúde (SUS) é a tecnológica: a digitalização dos protocolos médicos, por meio de um sistema facilitador que possa fazer a ponte de comunicação de um hospital ao outro para unificar os dados do paciente, independentemente do local de tratamento. Acredito que estamos avançando, mas temos um caminho longo pela frente, pois existe a falta de estrutura básica em muitos lugares, além da barreira cultural.”



PRODUTIVIDADE NAS INDÚSTRIAS

Igor Marinelli, fundador da TRACTIAN, startup de manutenção industrial preventiva

“Manutenção preventiva nada mais é do que você antecipar uma falha que possa acontecer no seu maquinário. As indústrias separam o software do hardware, pois são coisas diferentes. A TRACTIAN é uma das startups que mais crescem no ramo empresarial do Brasil, e isso se dá por meio do conceito de que não devemos separar estes dois sistemas. Começamos a trabalhar com empresas de todos os portes, justamente antecipando falhas que possam acontecer no maquinário. Foi surpreendente o nosso crescimento durante a pandemia. Fomos procurados por muitas empresas. Os técnicos, que não podiam mais acessar as plantas pessoalmente, demandavam uma tecnologia que permitisse se conectarem às máquinas a distância. As indústrias procuram nossos serviços porque somos o único servidor que consegue oferecer esse acesso ao maquinário de forma remota.

No Brasil, existem mais de 50 mil fábricas. As indústrias de pequeno e médio portes são responsáveis por movimentar o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, então, a nossa missão é educar. As grandes também nos procuram, mas, em geral, treinamos e capacitamos as menores. Hoje, temos mais de 5 mil certificados de técnicos formados. A tecnologia é adaptável a qualquer tipo de planta industrial. Temos a responsabilidade e o desejo de devolver conhecimento à comunidade, por isso, criamos conteúdos e cursos para disseminar informação. Queremos que técnicos e profissionais se tornem independentes.”



ENSINO PROFISSIONALIZANTE ROMPE FRONTEIRAS

Camila Achutti lançou em 2010 o blog *Mulheres na Computação*, que fala da relação entre mulheres e computação. É CEO da Mastertech, escola de educação em tecnologia e transformação digital, que atende profissionais em geral, empresas, governos e terceiro setor

“Hoje, no Brasil, valorizamos muito o diploma. Como consequência, esvaziamos o ensino técnico e sua mão de obra profissionalizante. Entretanto, acredito que Programação e Tecnologia estejam fazendo um bom serviço neste sentido, uma vez que há uma demanda altíssima por profissionais dessas áreas. Antes da universidade, precisamos resgatar a educação profissionalizante como alternativa.

A falta de incentivo leva a uma alternativa: os serviços por aplicativo, que mostram que ganhar dinheiro é mais importante do que as educações profissional e tecnológica, por exemplo. Deveríamos investir em educação técnica, não só a formal, mas a informal também. A primeira versão de modelo de negócio da Mastertech, como escola, é justamente este modelo, uma alternativa mais ‘enxuta’ para adquirir uma nova profissão.

Precisamos, também, dar espaço às mulheres neste mercado de trabalho, porque ainda existe muito o estereótipo do profissional da matemática, da física e das ciências exatas na figura masculina. Então, não desmotivar a entrada feminina no mercado já é um bom caminho, porque as meninas estão cada vez mais conscientes dos seus papéis econômico e social. Óbvio que precisamos melhorar, mas acho que já avançamos muito. Agora, elas precisam se reconhecer como criadoras, cientistas e programadoras. E precisamos levar esta oportunidade a elas.

O fato é que não podemos achar que só a IA pode ajudar na inclusão. Contratando sempre as mesmas pessoas e fazendo tudo do mesmo jeito, enxergamos a estagnação diante de uma sociedade mais avançada e exigente, daí a necessidade de se promover a inovação. Então, acredito que estamos avançando mais na diversidade e ajustando a dosagem de talento.”



INVESTIMENTO E RISCO

Camila Farani é empreendedora, investidora e educadora. Foi eleita uma das 500 pessoas mais influentes da América Latina, segundo lista da Bloomberg Línea 2021. É presidente da G2 Capital e Investment Partner e uma das maiores investidoras-anjo do Brasil. Investe há seis anos no *Shark Tank*, o maior reality de empreendedorismo do mundo, é membro do conselho do PicPay e da startup Laura e sócia do Banco Modal

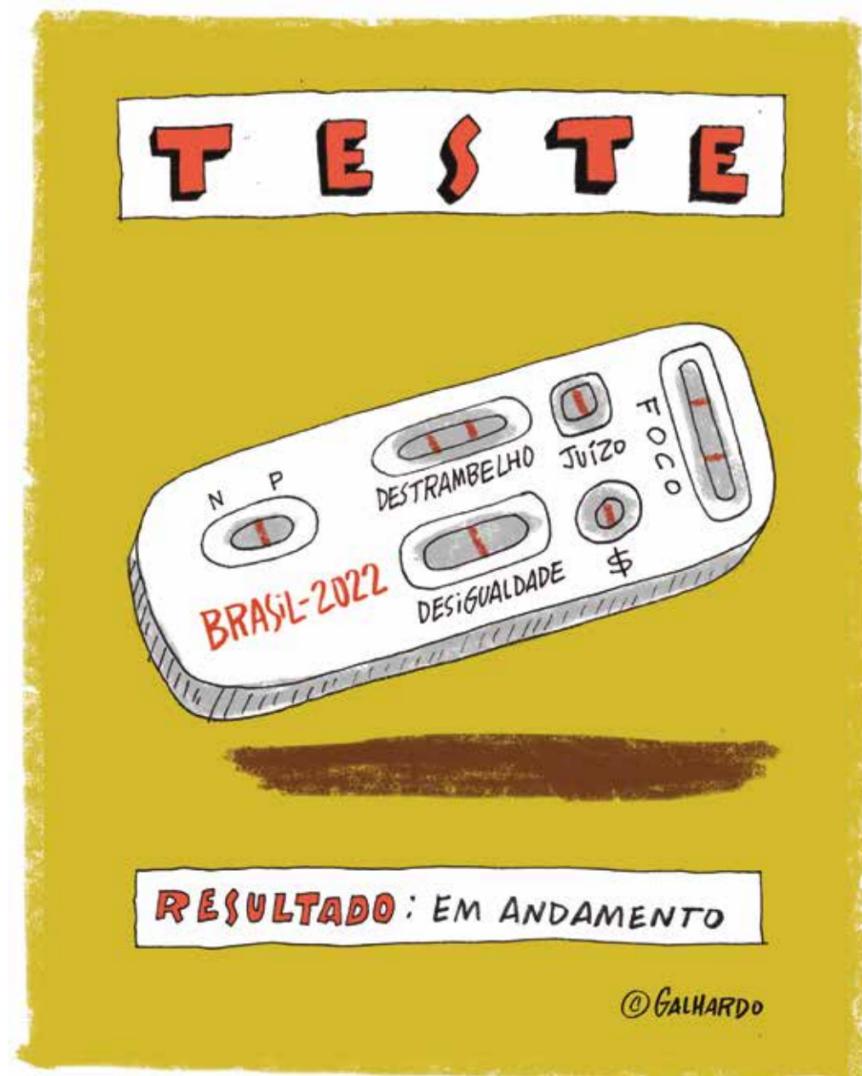
“O risco é inerente ao investirmos em uma startup, assim como é inerente ao abrir um negócio. Um exemplo disso é a pandemia. Fora isso, existem diversas outras questões – como má gestão e falta de planejamento – quando se abre um negócio e quando se investe. No fim, o investidor-anjo não está vivendo o dia a dia da empresa. Por ser nascente, o empreendimento aglomera todos os riscos de não dar certo, principalmente nos dois e três primeiros anos, então, o risco é óbvio.

O mercado de investimento-anjo segue um movimento anticíclico. Isso quer dizer que ele não acompanha a evolução do PIB de um país. Quando investimos, queremos um caixa de longo prazo. É claro que vários setores foram crucificados com a crise sanitária, mas há recuperação. Eu, como investidora numa empresa de risco, tenho de olhar o cenário macroeconômico, então, faço investimento de longo prazo. Resistir à frustração ajuda a superar períodos de crise – afinal de contas, eles são cíclicos.

Se o empreendedor é ‘de raiz’, ciente de que sempre vai passar por estes momentos, profundos ou não, ficará menos suscetível aos efeitos financeiros e sentimentais. Afeta, mas não de forma excessiva. Um exemplo é a covid-19, que coincidiu com um movimento que já estava acontecendo, o qual deu saltos quânticos para o mundo, mas com muita dor. Isso quer dizer que as pessoas estão aprendendo a usar, cada vez mais, o digital, e isso é uma mudança irreversível.

Demoraria dez anos para que o Brasil pudesse fazer isso, mas aconteceu tudo em um ano, um ano e meio. Um outro ponto importante é: estamos na era do Low Touch Economy, ou a ‘era da economia de baixo contato’, mas nada substitui as relações humanas. O varejo não vai morrer, mas evoluir. Então, o que podemos extrair disso tudo é que este processo leva mais comodidade, conveniência e eficiência aos clientes. O papel das empresas é pensar como conseguir fazer isso pelos consumidores em qualquer lugar do planeta.”





Quer ver
mais ciência
na imprensa
brasileira?

bori
agência

A Bori mapeia a ciência brasileira inédita e dissemina para rádios, TVs, jornais e sites de todo o país.

Apoie a Bori. Fale com a gente!

abori.com.br | bori@abori.com.br



Todos os tempos
e movimentos
do seu evento.



Qual tipo de evento você quer produzir?

Uma festa, uma feira, uma convenção, um seminário, um congresso, uma exposição, uma coletiva, um show... ou uma mistura de tudo isso?

Presencial, híbrido, online ou multiplataforma? Poucos convidados ou muitos participantes? Uma grande área ou um ambiente mais reservado? Um projeto cenográfico elaborado ou pequenas interferências na decoração? Atrações, palestrantes convidados, MCs ou apenas prospects, clientes e colaboradores?

No CFE, você encontra espaços moduláveis, flexíveis e adaptáveis, com infraestrutura e várias possibilidades para todos os tempos e movimentos do seu evento.

Quer saber mais? Acesse o código QR e fale com a gente.

**CENTRO
FECOMERCIO
DE
EVENTOS**

